

MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 07/17

Data da Sessão: 22 de dezembro de 2017

Início da Sessão: 15.00 horas Fim da Sessão: 19.00 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos	
1º Secretário: Carlos Lucas Correia	
	_
2º Secretário: Célia Margarida dos Santos Craveiro	

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Município,
reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de
trabalhos:
1. Período de Antes da Ordem do Dia
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº
2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação
3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Orçamento para 2018 e Grandes
Opções do Plano 2018-2021
4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Mapa de Pessoal do Município de Montemor-
o-Velho para 2018
5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Arazede
6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Carapinheira.
7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Ereira
8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Liceia
9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Meãs do
Campo
10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Pereira
11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Santo Varão.
12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Seixo de
Gatões
13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta de Freguesia de Tentúgal
14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a União das Freguesias de Abrunheira,
Verride e Vila Nova da Barca

15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo de Execução de Delegação
de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a União das Freguesias de Montemor-
o-Velho e Gatões
16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Composição do Conselho Municipal de
Educação – quadriénio 2017/2021
17. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para
dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem
de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/09/2017 e 30/11/2017
18. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genérica para
dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de
compromissos plurianuais assumidos entre 01/09/2017 e 30/11/2017
19. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Relatório Semestral de
2017 – Monitorização do Plano de Saneamento Financeiro
Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:
Presenças – Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Carlos Lucas Correia e Célia Margarida dos Santos Craveiro
Membros: António Monteiro Saltão, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Telma
Margarida Neves Simões, António Augusto Santos Torres, Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte,
Francisco José Couceiro Nobre, Fernando Pereira Nunes Curto, José António Pecegueiro Ferreira Serrano,
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira, Luís António Girão da Fonseca, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo,
Joaquim António Graça Rainho, Tânia Sofia Jesus Monteiro, Rui Jorge Félix de Almeida, Bruno Miguel Nunes
Ferrão em substituição de Sílvia Reis Monteiro, Tiago Dinis Santos Silva em substituição de Camilo Jorge
Gomes Coutinho Lourenço
Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, União das Freguesias
de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, Tesoureiro
da JF Seixo e Tesoureiro da JF de Tentúgal
Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dulce Maria Melo Ferreira, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Aurélio
Manuel Mendes Soveral da Rocha, Décio António Tinoco Matias e Alexandre Miguel Marques Pimentel Leal.
Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos
Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia
O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 15h15m Saudou os
presentes e disse: "Temos quórum, vamos então dar inicio à nossa reunião. Permitam-me só que, antes de
iniciarmos a nossa reunião, eu dê hoje as boas vindas para todos, mas especialmente ao Tiago Dinis Santos
Silva, que é a primeira vez que está numa reunião connosco e, portanto, seja bem-vindo, bom trabalho e boa

reunião
Vamos então à nossa Ordem de Trabalhos. Na perspetiva e que não recebi nenhuma proposta de
alteração, julgo que podemos considerar a nossa ordem de trabalhos aprovada
Pelo silêncio das bancadas, está aprovada a ordem de trabalhos
Passamos então de imediato ao período de antes da Ordem do Dia
No período antes da Ordem do Dia e, como é habitual, nós temos as atas, se bem que é só uma ata
para aprovar, porque a ata de instalação da Assembleia Municipal, foi logo aprovada em minuta, mas de
qualquer maneira, está aí a ata para vosso conhecimento e a ata da sessão de 23 de novembro de 2017
Não havendo nenhuma alteração à mesma, a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal
de 23 de novembro de 2017, foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo
34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: "Não participam na aprovação da ata os membros
que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita"
Relativamente à listagem da correspondência recebida e expedida, para além da lista que vos foi
facultada e que podem consultar a qualquer momento, há os habituais pedidos de substituição para esta
reunião. Se quiserem consultar alguma dessa correspondência, estejam à vontade para o fazer no
Secretariado da Assembleia Municipal e, também o despacho que proferi no dia 23 de novembro de 2017, a
delegar competências administrativas no $1.^{ m o}$ Secretário, Carlos Lucas Correia, uma vez que está cá
diariamente e, por vezes é necessário assinar alguma documentação e ele substitui-me nessa altura
Interrompo a sessão durante 3 minutos para apresentação de outras moções, requerimentos e outros
documentos que queiram apresentar à Assembleia."
Os trabalhos foram suspensos durante 3 minutos
Retomou a palavra o PMAM que disse: "Deram entrada na mesa da Assembleia, cinco moções, nós
iremos passar à sua leitura
Solicito ao 1.º Secretário que faça o favor de ler a sua moção."
Moção apresentada pelo membro Carlos Lucas Correia (PS) — Moção de Aniversário, conforme
documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade
Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) –
Votos de Parabéns, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por
unanimidade
Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) –
Parabenização à Academia Maninho JUI-JITSU — Grupo Cénico Amador da Portela, conforme documento
anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade
Moção apresentada pela Tesoureira da JF de Tentúgal, Sandra Mendes — II Feira de Artesanato,

Velharias e Produtos da Terra, conforme documento anexo a presente ata, sob o numero 04, e que fo
aprovada por unanimidade
Moção apresentada pelo membro Rui Almeida (PS) – Moção de Louvor à Pereirense, Ana Sofia
Fernandes Figo Letra, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada po
unanimidade
Usou da palavra o PMAM que disse: O que é que eu neste período tenho para dizer à Assembleia
Municipal? Em nome desta Assembleia, participei no dia 09 de dezembro, no Congresso Nacional da
Associação Nacional de Municípios Portugueses. É público aquilo que vou dizer. Houve as questões ditas
formais, de aprovação de contas, de eleição dos órgãos, mas houve duas questões que são importantes e
por aquilo que, quer o Governo anunciou, quer a Direção da Associação Nacional de Municípios também
afirmou, quer o próprio Presidente da República que encerrou o congresso, também o disse, haverá em curso
durante o ano 2018, um pacote de descentralização de competências para as Autarquias Locais, quer para as
Câmaras, quer para as Freguesias, se bem que em menor quantidade. É claro que essas intenções, nós
percebemos que eram bem-recebidas quer pelas Câmaras Municipais ou, pelo menos, pelos Presidentes de
Câmara que falaram sobre esse aspeto, quer pelo Governo. Evidentemente que, depois a outra questão é a
Lei das Finanças Locais e o dinheiro que deve acompanhar essas transferências, mas não há dúvida que
teremos, eu diria, alguma descentralização, provavelmente, suponho que não tão grande como aquela que
está em cima da mesa hoje, mas irão ser-vos enviados os documentos que foram debatidos e, poderão ver c
pacote, pelo menos de intenções, e as questões das finanças locais que estão associadas a isso, apesar de
verificarem, quando forem ver a questão das finanças locais, veem muito pouco, eu pelo menos que não
percebo nada, sou generalista em banalidades, quando numa questão de finanças locais, se vê letras e não
números, alguma coisa não está bem decidida
Esta era a informação que vos queria dar e, também um pouco, digamos aquilo que vocês me
concederam ao eleger Presidente, porque não sei porquê, nos Órgãos todos da ANMP, houve quatro
Presidentes da Assembleia Municipal que acabaram eleitos para os Órgãos da ANMP. Este cidadão que vos
está a falar foi eleito membro suplente do Conselho Geral, não sei a que propósito, mas aceitei com muita
honra, sobretudo em vosso nome."
Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: "Em primeiro lugar desejar boa tarde a
todos os presentes. Votos de um bom trabalho e, porque esta é a primeira sessão ordinária, votos de um bom
mandato, com um trabalho muito profícuo
É exatamente por ser a primeira reunião ordinária, que eu não queria deixar passar que tivemos umas
eleições em outubro que acho que mostraram claramente a maturidade política do país, mas
fundamentalmente dos nossos munícipes. Eles escolheram. Escolheram em consciência, mostraram bem

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

aquilo que queriam, através dos votos, até da diversidade dos votos dentro de cada Freguesia, porque nós notamos que os votos para cada um dos órgãos eram distintos, portanto nós estamos claramente perante uma maturidade política e, um esclarecimento que acho também e, perdoem-me que o diga, já não vai em troca tintas. O mal dizer. A campanha do mal dizer, nem que seja em redes sociais e, eu que nem sou socialmente ativa, nem seguer tenho Facebook, Instagram, nem seguer existo socialmente e, mesmo não o tendo e não sendo socialmente existente acabo por ouvir muita coisa e ter conhecimento, se calhar de coisas, mais do aquilo que seria normal, mas os nosso munícipes sabem efetivamente o que é que foi feito, o que é que cada pessoa faz, Presidentes de Junta, Candidatos, Presidente de Câmara, o que é que cada órgão faz, quais são os projetos, aquilo que se pretende fazer, as condições com que se pretende fazer e, reconheceram de forma inequívoca o trabalho e, aqui terei de o dizer, fundamentalmente do Executivo Camarário, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, que está no segundo mandato, com uma vitória absolutamente esmagadora em todas as Freguesias deste Concelho. Os munícipes sabem efetivamente aquilo que querem. Reconheceram o trabalho, acreditaram no trabalho que foi feito e esperam a continuação desse trabalho e é isso que nós também fazemos votos para que isso aconteça e, estamos aqui todos, quer na posição, quer na oposição, com participações diferentes, logicamente, para ----- Eu hoje estou particularmente agradada com o facto de ter aqui representando Presidente de Junta, Vereador e dois deputados municipais da Freguesia tão pequenina como as Meãs. Dizem que as freguesias pequenas não têm relevo, mas eu acho que todas as freguesias têm e, eu hoje, sinto-me particularmente agradada com esse facto. Por a minha Freguesia estar tão bem representada, não por mim, logicamente, mas por todos os que estão e, atenção, incluindo, eu não estou a retirar, um Presidente da Junta que está muito bem representada, porque é um voto dos munícipes, não sendo da minha bancada, reconheço toda a legitimidade e o trabalho que os munícipes lhe reconhecem ter sido feito, porque acho que é assim que nós temos de viver em democracia. ------ Faço votos para continuarmos um bom trabalho, não sei se tenho pena, ainda estou a pensar e a refletir, de as sessões tornarem-se mais rápidas, as próximas neste mandato e, menos monótonas, mas não podia deixar de reconhecer fundamentalmente e, é isto que interessa, a participação cívica de todos os que participaram nestas listas, todos os que concorreram e, se não houver participação, não há democracia, ganhando, perdendo, reconheceram efetivamente o mérito, neste caso, do PS, fundamentalmente que aqui representa o Senhor Presidente da Câmara, mas não gostaria mesmo de deixar de salientar a participação cívica de todos e, como se dizia em Roma: "Glória aos vencedores, honra aos vencidos". A todos porque sem eles não havia democracia, nem tinha havido este resultado eleitoral que tão bem decorreu."----------- Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse:

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

"Dar só uma nota da intervenção da líder de bancada do Partido Socialista. De facto, as eleições já terminaram e, portanto, é evidente que houveram vencedores, houveram vencidos, mas de facto a nossa bancada congratula-se não só por pessoas das Meãs, mas por ter pessoas eleitas de todo o Concelho. É para isso que fomos eleitos, estamos na oposição com muito gosto. De facto, nunca fomos apologistas da politica deste Executivo, porque é uma política que é feita no último ano para ganhar eleições e, se é disso que a Senhora deputada fala, então os nossos parabéns, mas de facto, não e nesse tipo de política que nós nos revemos. Contudo, a minha intervenção começa até por uma questão que tem a ver com isso, que é saber o que é que é feito da Unidade Móvel de Atendimento ao Cidadão, que tão bem foi apresentada em setembro, por ocasião da feira do ano, por uma questão eleitoralista, lá está, concordo aqui com a ilustre líder de bancada do Partido Socialista, fazia jeito apresentar aquele veículo antes das eleições, mas a verdade é que a partir dessa data, nunca mais ninguém o viu e, portanto aquilo que eu queria questionar é onde é que se encontra esta Unidade, que tipo de trabalho é que está a desenvolver e, também o valor que ela custou ao Município.----------- Gostaria também de interpelar o executivo, para saber se já tomaram algumas medidas sobre os cães abandonados que andam aqui pela Vila de Montemor. Ao que sei já houve pelo menos uma pessoa que foi atacada junto da Escola Secundária, uma mãe de um aluno e, de facto é preciso ter atenção a essa questão porque já por duas ou três vezes, ali junto do Jardim, já vi dois ou três cães de volta de uma criança, quase a atacarem essa criança e, eu tomei as medidas necessárias quando percebi essa situação, mas gostava de saber o que é que realmente está a ser feito, se existe aqui alguma medida que estejam a tomar sobre esta questão, porque realmente começa a ser um perigo e, muito embora é certo que estes animais merecem toda a defesa, mas também em ambiente controlado e, a Câmara Municipal terá obrigatoriamente que tratar desse assunto e, portanto deixo essa pergunta e, gostaria evidentemente de ter uma resposta. ------------------ Outra questão que eu queria levantar era em relação aos Jacintos de Água no Leito Abandonado do Mondego. Gostaria de saber quais são as providências que estão a ser tomadas, uma vez que efetivamente, o ano passado houve uma intervenção, mas de facto, quando olhamos para aquele cenário, a situação cada vez é pior, cada vez se vai deteriorando mais com a passagem do tempo em que nada é feito, ou pelo menos aos nossos olhos, nós não conseguimos percecionar o que é que está a ser feito sobre isso. ------------ Dizer que de facto existem concelhos que estão a por mãos à obra, por exemplo, o Concelho de Mira, que já vimos que é aqui ao nosso lado, também temos o município de Barcelos que até atribuiu um apoio adicional aos Bombeiros para que depois juntamente com a Câmara Municipal fizessem esforços conjuntos e estão a tratar desse flagelo. Por exemplo na Barragem do Alqueva, estão a construir uma barreira de contenção. Eu, francamente não vejo nada e, que tenha chegado ao meu conhecimento, não sei. Bem sabemos que não é uma competência da Câmara Municipal, são competências da APA e do ICNF, isso também já todos sabemos, contudo, as outras Câmaras Municipais estão a agir em conformidade e, estão a tentar

minimizar estes problemas nos seus Municípios, portanto é isso que lhe exigimos já que ganhou as eleições
e, já que é o senhor que está a gerir os destinos deste Município. Portanto, acho que devíamos por os olhos
nos bons exemplos dos outros Concelhos e, de facto, pode ser que assim dê aqui um impulso, para que o
Executivo resolva esta questão."
Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse:
"Eu tenho aqui várias questões também para colocar ao Senhor Presidente. Uma das primeiras, volto a referir
que já referi aqui no passado, que é a questão do Pontão da Lavariz, a sinalética ou a falta dela e, de facto, o
que é que está a ser feito para esta situação, que o Senhor já disse no passado que não tinha qualquer tipo
de problema, portanto estava tudo dentro da segurança e, não havia qualquer tipo de problema. O que é
facto é que por dia continuam a passar ali, eu diria centenas, senão milhares de carros e, preocupa-nos
bastante esta questão, porque de facto o nosso Concelho tem as vias de comunicação que nós sabemos quais
são e, portanto, tentam encontrar aqui outras formas de transitar no nosso Concelho e, apesar do péssimo
estado daquelas estradas, as pessoas como não têm outras opções, porque a EN 111, também não é opção
e, também tem havido os acidentes que todos sabem e, portanto, também não tem na nossa opinião, as
condições de segurança que deveria ter, tem várias falhas que tem a ver com a segurança e que põe em causa
o bom trânsito dessa mesma estrada e, portanto, as pessoas escolhem outra e, escolhendo outra, qual é que
há? Há essa! Há todos os dias munícipes que se deslocam para Coimbra para trabalhar, há outros que vêm de
Coimbra para Montemor e, de facto é uma vergonha aquilo a que nós assistimos neste Concelho e a forma
de aproximar a margem esquerda do Concelho à margem direita, realmente é lastimável, uma vez que são as
vias de comunicação que aproximam as pessoas e que contribuem para o desenvolvimento das Cidades, das
Vilas, de todas as localidades. Desta forma, realmente, somos altamente penalizados com esta miséria a que
assistimos de buracos, de outras situações que nos aparecem e que muitas vezes provocam acidentes e as
pessoas ficam desencorajadas e ficam, de facto desanimadas, que Concelho e este, que estradas são estas.
E, por falar em estradas, vamos então à estrada de Liceia que, antes das eleições foi pavimentada e, parece
que junto à ETAR, já tem lá um buraco, de tão bem que foi feita, ou tão à pressa, que já está a ficar degradada
e, temos aqui uma coisa boa, que temos tido pouca chuva. Se as chuvas tivessem sido mais, então realmente
estaríamos muito mal com as estradas do nosso Concelho
De facto, o orçamento refere algumas intervenções, mais tarde iremos falar sobre isso, parcas na
nossa opinião e, portanto, não irão de longe, nem de perto, resolver as estradas e a forma como elas se
encontram no nosso Concelho, nomeadamente as que têm mais trânsito e aquelas que as pessoas utilizam
mais diariamente
Há outra situação que eu também queria colocar aqui ao Senhor Presidente e, também já a coloquei
no passado, que são as instalações da CPCJ. Eu já referi várias vezes, o Senhor no inicio do seu mandato,

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

apresentou aqui fotografias da forma como estava o Solar dos Pinas. O que é facto é que já fez um mandato e nada. Tudo continua na mesma, o edifício está sem condições, não conheço da parte da Câmara Municipal. Nenhuma intenção de reabilitação daquele edifício, o que é pena, na nossa opinião, porque já merecia alguma atenção. Também não se fez nada durante quatro anos e, também, não se perspetiva aqui nada ara os próximos quatro anos. De qualquer das formas, não podemos deixar de dizer que não tem condições, que não e digno e, portanto, está na altura do Senhor e o seu Executivo, pensem de facto nesse edifício e, em fazer alguma intervenção ara tornar realmente as instalações mais aprazíveis e, sobretudo, para quem lá está todos os dias, mais acolhedoras, que é isso que se exige nos dias de hoje e, portanto a Câmara tendo algum estofo financeiro, poderá também, parar para pensar onde é que é prioritário e, na nossa opinião, essa seria então uma prioridade." ----------- Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: "Como a nossa vida enquanto cidadãos não se resume aos problemas do nosso Concelho e, concordando com alguns problemas que aqui acabaram de ser apresentados, eu queria aproveitar este momento para fazer uma saudação aos trabalhadores dos CTT que se encontram em greve.----------- "A CDU saúda os trabalhadores da CTT em greve. Esta luta em defesa legítima dos postos de trabalho, tem uma dimensão ainda maior que é a defesa do interesse nacional. ----------- Reafirmamos aqui que a solução para os CTT não passa pelo controlo do contrato de concessão, a solução é a reversão do processo de privatização dos CTT, iniciando o processo de recuperação do controlo e gestão do serviço público universal pelo Governo. A solução é devolver ao país e ao povo o que lhe foi roubado neste processo vergonhoso. ------------ Viva a luta dos trabalhadores dos CTT." -------------- Pediu a palavra o membro Bruno Ferrão (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "É intenção desta bancada questionar sobre o processo da constituição do Conselho Municipal da Juventude". ----- Pediu a palavra o membro António Torres (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Um cumprimento especial a todos os presentes nesta minha sentida primeira intervenção. ------------- Tentarei não ser nervoso, mas tentar ser um pouco conclusivo. --------------- Primeiro intervenho como munícipe, habitante e, morador numa rua José Augusto Mendes dos Santos. Gostaria com isto, também referir algo que foi dito na anterior Assembleia, que eu passo a citar: "Que todas as divergências sejam políticas, nunca pessoais e, sempre em prol e benefício do nosso Concelho e dos seus munícipes, o que quer dizer que, estou aqui em representação na verdade, dos interesses dos munícipes, habitantes de Pereira e nunca como questões pessoais. Sendo então habitante da Rua José Augusto Mendes dos Santos, fui confrontado com um abaixo-assinado de forma a que eu percebo, mas não entendo da questão da alteração da circulação daquela via. Se estou recordado, aquela via teve inicio em 2014, no

anterior mandato, antes do Senhor Presidente neste momento que exerce as funções, e que teria como seu
términus 2015, ou por outras palavras, foi iniciado pelo Senhor Presidente Dr. Luís Leal. Entretanto sei que
surgiu algo no inicio dessa construção que tinha a ver precisamente com o funcionamento em termos o
sentido automóvel naquela via, em que passado um tempo houve eleições e houve promessas que se deixaria
de andar o processo como ele estava financiado e que depois então, sim senhora, haveria a palavra de que
poderiam ser feitas as respetivas alterações
Por aquilo que eu julgo saber é que essas alterações só poderão ocorrer após 5 anos da conclusão da
obra, se efetivamente a obra está já concluída e se já está entregue à respetiva Câmara, sendo assim, nesse
sentido, se calhar os 5 anos, como estamos em 2017, 2018 se calhar é um pouco cedo para eventualmente
poder ser feita tal alteração
De qualquer das formas, eu não sou de maneira nenhuma contra que aquela rua tenha os dois
sentidos, sou contra é que tenha os dois sentidos da forma como ela está estruturada. Deverá, sendo assim
se se entender, quando houver caso disso, se houver essa alteração, possa ter as alterações estruturais de
forma a que possa ser feita a circulação dentro das regras de trânsito e com o máximo de segurança possível
É essa nota que eu gostava de deixar, o porquê desse abaixo-assinado para alteração do sentido da rua
podendo por em causa, o sentido da circulação automóvel
Também como habitante de Pereira, gostaria de saber se efetivamente, a estrada do Traveiro já se
encontra devidamente concluída, e isto porquê? Porque aquando da intervenção, antes das eleições ou, num
período eleitoral, foi muito bem-feita a respetiva intervenção, resta saber se está bem concluída e, concluída
no sentido em que houve pedidos feitos que, com a construção da mesma, houve acessos a proprietários que
estariam na altura antes da intervenção, acesso a essas propriedades e que agora, após essa intervenção
esse acesso a essas propriedades não existe. Eu tive o cuidado de mencionar na Junta de Freguesia o nome
dos proprietários que tinham esse acesso e que neste momento não têm e, por isso a minha pergunta se esta
concluída ou não e, se tiver concluída, então tenham em atenção que ainda há proprietários de terrenos com
acesso a essa rua em que ainda não está feita a respetiva conclusão
Quero não deixar passar em branco e, que seja feito um pedido de "aceleração", se é essa a expressão
que eu posso usar, sobre a questão da Ponte do Paço, que enquanto eu puder, como cidadão e como
munícipe, nunca deixarei de referir a questão da Ponte do Paço. Há pouco foi dito e muito bem, a circulação
naquela via que todo o circuito automóvel na 111, passa por aquele sentido e da dificuldade que existe na
Ponte do Paço, há promessas, que as promessas sejam cumpridas
Quero referir, só para lembrar a questão da Extensão de Saúde de Pereira do Campo, são alguns
alertas que eu quero referir que como cidadão e como habitante quero veicular
Por último, na vinda para cá, de Pereira do Campo para Montemor, tive a ousadia, se é isso que posso

dizer, ali quem vem da Ponte de Formoselha em vez de virar à direita para Lavariz, fui em frente. Há lá uns
sinais que até vim a prevaricar, vim em frente e, lembrei-me eventualmente de uma questão que possa dar
como sugestão à Câmara Municipal, que é criar condições de circulação naquela via e, aí se calhar fugir um
pouco o trânsito da questão da Ponte de Lavariz e, esta ser uma alternativa àquela estrada que poderia ter
as condições de circulação dentro das regras de segurança que possam existir para essa situação."
Pediu a palavra o PJF da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal, que disse: "Se eu não
fizer outra intervenção, desejo já umas boas festas a todos, um próspero ano 2018
Eu começaria a minha intervenção por um assunto que foi abordado pela minha colega de bancada,
em cães abandonados. Na realidade, em Montemor é um problema que já temos há algum tempo. A junta
de Freguesia de Montemor, tem tentado por diversas vias apanhar os canídeos, notamos depois da 5.ª feira,
que é o dia de caça onde mais caçadores aparecem aqui na nossa Freguesia à caça, um abandono desses
ditos animais. Na realidade nós já tentámos apanhar alguns, uns conseguimos, outros nem por isso, também
já pedimos de vez em quando, colaboração à Câmara Municipal para nos emprestar aquelas gaiolas para
apanhar os canídeos, mas na realidade é um problema que nos aflige a todos nós e, esses cães não os de
caça, os outros que aparecem por aí, na realidade são se calhar extremamente perigosos, porque não
conhecem o dono e, ainda bem que vamos falando, porque se calhar entre todos iremos tentar eliminar esse
problema. Enquanto Presidente da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, eu também estou
disposto a colaborar nesse sentido
De seguida queria falar de um jovem com 32 anos que é Chef no Restaurante, passo a publicidade,
"Largo do Paço" em Amarante. Ele tem uma estrela Michelin, é do nosso Concelho, queria-lhe dar os
parabéns, não tenho muito mais contacto com ele, além do nome e, julgo eu que é da Carapinheira. Vou ver
se consigo obter mais elementos para lhe poder enviar os parabéns
Eu queria dar essa informação a todos, porque isso também nos orgulha, quando passarmos em
Amarante, ao Largo do Paço, nós visitamos e sentimos que está ali sangue nosso, do nosso Concelho."
Aproveitava também para convidar toda a Assembleia, quando tivessem um bocadinho, ao fundo da
Rua Dr. José Galvão, mesmo em frente, tem lá uma placa que diz, "Visitem os Presépios". Façam o favor, quem
ainda lá não foi, visitem os presépios, são das nossas associações, da nossa Freguesia e, estão bonitos
Também realçar aqui, neste início de mandato, o trabalho que foi feito na Junta de Freguesia,
nomeadamente na de Montemor. Os trabalhos da semana de máquinas, começámos o mandato muito bem.
Eu já tive o cuidado de dizer isso a quem de direito, às pessoas que diretamente acompanham esses trabalhos,
que na realidade, o trabalho desenvolvido foi muito bom e, portanto, a continuar assim, estamos todos de
parabéns, o Executivo da Câmara também, neste caso."
Pediu a palavra o membro Marcelo Ferreira (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Só

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

quero perguntar o que é que está previsto para a Ligação de Formoselha à Carapinheira, pela estrada do campo. É uma estrada que está em mau estado, de dia para dia. Havia uma candidatura que ficou sem efeito e que, neste momento só existe uma verba de 10.000€ para 2018. Penso que 10.000€ não chega para nada. É uma estrada principal das populações da margem esquerda para a sede do Concelho que, neste momento, é o caminho mais curto, porque senão tem de ir dar a volta por Alfarelos para chegar à sede do Concelho. A Câmara no último mandato gastou dinheiro para ir fazer uma estrada ao longo da Pista de Remo, neste momento é exclusiva para veículos municipais e agrícolas devido ao pó. Porque não alcatroar essa estrada? talvez fosse uma solução ou se não era possível fazer um protocolo com a APA, e utilizar a estrada ao longo do Rio Mondego, entre a Ponte de Formoselha e a estrada 341, que vem dar a Montemor. ------------------ Desejo boas festas a todos, porque provavelmente não irei intervir mais."------------ Pediu a palavra o membro Francisco Nobre (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Antes demais e, sendo esta a minha primeira intervenção depois da tomada de posse, votos de um bom trabalho para todos nós e Boas Festas antecipadas. ----------- Quero desde já agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, Professor Doutor Fernando Ramos, a amabilidade e rapidez com que foi solicitado à CCDRC o parecer sobre a minha possível inelegibilidade neste órgão, enaltecer também a sua posição de transparência sobre esta situação.---------- Aproveito também para agradecer à líder da Bancada da Coligação Por Montemor Tudo e Sempre, Dr.ª Maria João Sobreiro, todo o empenho na resolução desta situação, pelo que desde já me orgulho de estarmos tão bem representados com esta nossa líder de Bancada. ----------- Independentemente das funções profissionais que exerço, sou apenas e mais um cidadão que tem o enorme privilégio de ter sido eleito para este cargo de responsabilidade nesta Assembleia Municipal e, espero que depois de dissipadas todas as dúvidas, quero aqui deixar a minha total disponibilidade para colaborar de uma forma verdadeira, transparente e, para um futuro melhor do nosso Concelho e, principalmente para as pessoas que aqui habitam, as pessoas que sentem Montemor-o-Velho, sendo que aqui estarei durante este mandato dando por Montemor tudo e sempre, agradecendo mais uma vez, desejando um bom trabalho e votos de boas festas." ----------- Pediu a palavra o membro José António Serrano (PS) que disse: "Cumprimento todos os presentes na sala. Esta minha 1.ª intervenção, vem na sequência da abordagem feita aqui aos jacintos do Rio, não no intuito de corrigir o que está, mas talvez um acrescento, uma tentativa de esclarecimento, porque é que aquilo está assim. Se bem se lembram o ano passado ou há dois anos foi feita uma limpeza no Rio, aquilo são umas plantas endémicas que tem poder vegetativo e de regeneração muito elevado. É um problema que já surge há muito tempo na região e que eu me lembre, começou na Pateira de Fermentelos, foram ao longo destas

dezenas de anos, tem sido tentativas, atras de tentativas de erradicar esta planta da Pateira de Fermentelos,
nunca foi possível. Nunca foi possível exatamente porque ela é de um crescimento muito rápido e
desenvolvimento muito mais rápido do que isso e, quando há matéria orgânica que alimenta isto, estão as
condições reunidas para que a propagação seja feita de modo em que foi feito
O curso de água, onde estão inseridos aqui em Montemor, tem uma velocidade muito pequena ou
nula, isso também facilita o escoamento dela para o Rio, para o Leito principal, ainda por cima com uma
dificuldade, que têm as comportas fechadas junto às bombas do Foja. Ora, em conversas que eu tive há dias
com o representante da APA no núcleo do Baixo Mondego, O Eng.º Proença, perguntei-lhe porque não se
abrem as comportas, neste Leito abandonado do rio Mondego, para que isto entre no rio principal e vá para
o Mar, para a Figueira, porque os jacintos morrem na água salgada, ao que o mesmo me respondeu que não
o podem fazer porque o rio não tem caudal suficiente para que arraste as plantas
Está bem, mas qual e que é a solução?
A solução é esperar que venha água para ver se podemos abrir as comportas para eles saírem
Está bem, mas como é que resolvemos isto?
Tem de ser retirado com máquinas!
E as máquinas o que é que fazem? Metem-nos no aterro? Quanto é que isso custa? Aquilo pode ser
utilizado como fertilizantes nos campos, muito rico em Azoto, é bom. E quem é que o vai lá pôr? E conseguem
limpar todos os bocadinhos de talo que ficam no rio?
Não!
Então, mas se limparem isso, para o ano temos o mesmo problema e, isto é problema atras de
problema
Perguntar-me-ão qual é a solução? A melhor solução se calhar é forçar a APA a que abra as comportas
que estão lá em baixo na confluência do Mondego (Leito Abandonado) com este rio novo (o Leito Principal)
de forma a que isto, mesmo lentamente, as marés vão entrando e vão arrastando e, vão levando os jacintos
para a Figueira. É óbvio que o problema depois não é daqui. O problema depois é a Jusante, é na Figueira,
que a Câmara da Figueira não quer lá isto, mas meu caro amigo a Figueira é a Foz do Mondego, e é para a foz
que as coisas vão todas e o problema deixa de ser nosso para ser doutrem
Obviamente, não estamos aqui interessados em aliviar as nossas costas, para carregar as costas do
vizinho, mas isto concertado poderia ser uma forma de pressionar a APA, para que as comportam se abram
e a própria maré lentamente vá levando as coisas para baixo. Se a Autarquia se propuser a limpar aquilo, pra
o ano temos o mesmo problema, aliás o exemplo está lá
Era esta a sugestão que tinha para dar e é o meu contributo dentro do conhecimento que tenho desta
planta, até porque acompanhei muitos projetos de intervenção, sobretudo na Pateira de Fermentelos e,

quero dizer que a Dr.ª Maria João falou do caso da Barrinha de Mira, mas a Barrinha de Mira vai ser limpa,
inserida no projeto do Polis da Ria de Aveiro. É uma coisa completamente diferente. Aqui não há Pólis
nenhuns, nem há projetos nenhuns. Aquilo vai ser tudo intervencionado com base no Pólis da Ria de Mira,
que é um projeto muito maior, muito mais largo, muito mais amplo, são vertentes completamente diferentes.
A obra do Mondego está feita, portanto isto aparece à posteriori disso tudo
Tendo em conta a problemática do assunto, seria conveniente que a Câmara de Montemor,
juntamente com a Câmara da Figueira, pressionarem a APA, de forma a que resolvam isto de uma vez por
todas."
Pediu a palavra o PJF de Arazede, Eusébio Campos, que disse: "Boa tarde a todos. A minha intervenção
tem a ver com aquilo que de certa forma, será o desejo de todos, que este mandato corra bem e que vá ao
encontro das expectativas de todos. Quando digo todos, aqueles que têm uma expectativa menor de que as
coisas básicas sejam resolvidas, o asfalto, as pontes, os jacintos, essas coisas, mas que nós façamos um pouco
mais. A minha expectativa é que nós façamos e, tenho essa esperança, de realmente se fazer história e se
faça aquilo que poderá ser diferenciador para a nossa região, para o nosso Concelho e que traga mais do que
aquela situação que eu peço todos os dias ao Senhor Presidente e aos Serviços, mas que isso para mim me
deixa só meio satisfeito. Portanto, desejo sinceramente que nós façamos mais, designadamente pela
educação, que em tudo o que tiver em nosso alcance deve ser um foco, no empreendedorismo e, certamente
que o Senhor Presidente com a experiência adquirida, com a vontade que tem e toda a sua equipa quererá
que ele consiga realmente, pôr Montemor para além daquela que é a expectativa normal, na rota, porque
precisamos realmente de entrar numa rota de competitividade e, para isso conte comigo, conte com Arazede,
porque nós precisamos realmente de fazer mais do que aquilo que é a expectativa normal das pessoas
Muito obrigado. Um bom Natal para todos e Boas Festas."
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Boa tarde a todos os presentes na sala, dar as boas vindas
aos deputados que vêm de novo e, reafirmar a minha disponibilidade para colaborar
Eu pedia autorização ao Senhor Presidente da Assembleia, porque eu poderia responder, mas
gostaria que fossem os Serviços a responder sobre a Unidade Móvel, pedia que a Dr.ª Andreia pudesse
transmitir aos Senhores deputados aquilo que estamos a preparar tecnicamente em relação à Unidade Móvel.
A Unidade Móvel não é só um carro, é um investimento de cerca de 70.000€. é um conjunto de
equipamentos que são inovadores e que têm que estar em teste e, têm estado em teste na Logística da
Proteção Civil, onde está guardada, porque tem equipamento caro e, a empresa que nos dá assistência, tem
o trabalho praticamente concluído. Em paralelo, existe todo um conjunto de procedimentos administrativos
que têm que ser preparados pelos Serviços e, por isso eu pedi que a Senhora Chefe de Divisão dessa área
reporte aos Senhores deputados, o trabalho que está a ser feito pelos trabalhadores e pela sua Divisão nesta

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

área em concreto. Dar nota que, aquilo que vai acontecer com a Unidade Móvel, é que as pessoas que estiverem a trabalhar na Unidade Móvel é rigorosamente a mesma coisa que estarem dentro da Câmara a trabalhar ou seja, aquilo que estamos a preparar é um ambiente propício e seguro para que isso possa ocorrer. A carrinha está pronta desde o ano passado, agora o que é preciso é implementar. ----------- Dar nota que solicitamos às Juntas de Freguesia, disponibilidade de datas, para que se pudesse fazer ensaios controlados da Unidade Móvel. Reafirmo e reitero que é uma Unidade absolutamente inovadora e experimental que não existe em lado nenhum e, por isso temos de ser nós com os nossos próprios recursos a implementar aquilo que é novo e que no primeiro dia que atender o primeiro munícipe, esse munícipe tem que ter uma resposta cabal e não pode haver um "nim", nem uma não resposta." ------------ O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Andreia Lopes que disse: "Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer à Senhora deputada municipal Maria João Sobreiro, o facto de ter alertado para esta situação que a mim muito me diz respeito e que eu tenho solicitado aos Senhores Presidentes de Junta e, por isso agradeço a sua intervenção nesse aspeto, porque efetivamente é uma luta que eu tenho tido desde o pós eleições, desde outubro e na primeira reunião que tive com os Senhores Presidentes de Junta, porque acho que este projeto só funciona se efetivamente e, depois da explicação que o Senhor Presidente deu, se os Presidentes de Junta estiverem também integrados neste mesmo projeto e, portanto, solicitei a todos que me enviassem a disponibilidade, quer em termos de tempo, de local, para podermos fazer a implementação do Balcão Único Móvel ou da Unidade Móvel de Atendimento, como assim queiram atender ou chamar e, portanto, a verdade é que nenhum Presidente de Junta apresentou até à data, qualquer ideia ou qualquer informação relativamente àquilo que lhe foi solicitado e, portanto eu apelo mais uma vez e, daí agradecer à Senhora deputada Municipal ter-me lembrado deste assunto. De qualquer modo, como os Serviços não estão parados e, portanto, têm que fazer esta implementação, ainda que experimental, a verdade é que nós já estamos em articulação com o Senhor Presidente de Junta de Arazede e, com o Senhor Presidente de Junta de Pereira e, isso quero-vos dizer que foi na sequência da reunião com os Serviços do Balcão Único e na ultima reunião que tivemos com os Senhores Presidentes de Junta, que ocorreu na Logística Municipal e, portanto, chegámos a um consenso relativamente às duas Freguesias onde íamos fazer esta primeira abordagem e, esta primeira ligação entre o Balcão Único Móvel e o munícipe e, portanto, ficou decidido e queríamos tê-lo feito já em dezembro. Aliás, como sabe o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Arazede, tínhamos uma data já planeada, que seria dia 14 de dezembro, não foi possível fazê-lo por vários motivos e, portanto, quero informar a Senhora deputada em concreto e todos os deputados municipais de que estão duas datas agendadas: a data da Freguesia de Pereira, será 06 de janeiro, será a um sábado, ocorrerá de manhã no local indicado pelo Senhor Presidente de Junta e Arazede será no dia 08, será uma 2.ª feira, penso que é de manhã e, portanto estas

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

duas datas estão articuladas já para o Balcão Único de Atendimento, poder começar a exercer e a praticar e a implementar aquilo pelo qual lutámos tanto tempo e que eu tenho muito orgulho em representar." ----------- Retomou a palavra o PCM que disse: "Também dizer que no próximo ano, as reuniões com os Senhores Presidentes de Junta vão ser descentralizadas e que a Unidade Móvel nos vai acompanhar porque vamos ter reuniões com os Senhores Presidentes de Junta e vamos ter atendimento ao munícipe com todas as chefias de divisão presentes e de imediato o Balcão Móvel também estará a funcionar para se resolver qualquer questão em proximidade ou seja, qualquer munícipe que nos coloque uma questão que tenha uma solução de imediato, ele poderá dirigir-se ao Balcão Móvel e, portanto como veem, os Serviços não estão parados, nem o Executivo está parado em relação à Unidade Móvel, nem nós fazemos política de último ano para ganhar eleições. Quero-lhe chamar a atenção, Senhora deputada que trabalhamos muito durante todos os anos para pagar as dívidas que nos deixaram e, por isso mesmo, eu hoje vejo muito boa disposição. Acho que todos temos que nos rir, é Natal. ----------- Dívidas e mais dívidas, muitos problemas para resolver e, por isso mesmo é que algumas pessoas só têm vergonha agora daquilo que vão vendo, mas na verdade não tinham vergonha de reclamar do anterior Presidente de Câmara ou seja do Senhor que aqui estava, dessas mesmas situações e, por isso nessa altura não tinham vergonha. Ainda bem que comigo ganharam vergonha, eu fico muito feliz porque isso aconteça. ----- Relativamente aos cães abandonados, eu agradeço a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, porque efetivamente quero agradecer essa sempre disponibilidade e atenção para com os Serviços Municipais e, também agradecer o apelo que faz, porque efetivamente os cães abandonados é uma questão de civismo. Essa era a primeira nota que aqui deveria ser destacada, porque há dois problemas graves: nós temos imensos problemas com a falta de civismo das pessoas que abandonam os cães e a falta de civismo das pessoas que não deixam apanhar os cães. Porque as nossas jaulas de captura são permanentemente vandalizadas e danificadas por pessoas desta Vila que são contra a apanha dos cães. Mais, eu vou-vos revelar uma coisa e, de certeza absoluta que vamos ter aqui várias intervenções nesse sentido. Com as medidas que este Governo está a tomar com a famosa geringonça, com a influência de alguns partidos, a eutanásia dos cães não é possível e, também não é possível para nós mantermos tantos animais, não temos capacidade logística para manter tantos animais e, eu já disse isto em reunião de Câmara, pondero seriamente abandonar os Serviços de Veterinário e os Serviços do Canil Municipal, porque nós não temos condições de expansão, não temos logística, não temos recursos humanos, não temos nenhumas condições se se mantiver esta situação de proibição de eutanásia dos animais. É que não são só os cães. São cães e são gatos e, em Montemor também em particular, porque as pessoas alimentam os gatos, naturalmente que há muitos gatos e, nos não temos gatis para tanto gato e daqui faço também um último e derradeiro apelo para que também os senhores deputados municipais passem a palavra

no sentido de privilegiarem a adoção dos gatos e dos cães, porque nós não temos solução para tanta
quantidade de animais que são abandonados pelas pessoas
Quero dizer e reafirmar aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente António Pardal, que é uma
vergonha para os caçadores, aquilo que fazem aos seus animais, porque os seus animais são-lhes gratos e
queridos, andam-lhes a levantar as peças de caça e eles abandonam-nos porque provavelmente se chateiam
com eles ou porque se amuam com eles, o porque naquele momento decidiram abandonar o seu cão. Isto é
uma vergonha, acho que deviam ter vergonha e, não é a Câmara que tem de resolver estes problemas de
falta de civismo, somos todos nós
Dar nota também e, para que fique já dada a resposta, mesmo que acabe o canil municipal, a
competência da apanha dos cães não é só da Câmara Municipal, mas sim da GNR que tem que o fazer e temos
uma Unidade Especifica em Montemor para proceder à apanha dos cães. Portanto não e só a Câmara
Municipal que tem essa competência, é também a GNR
Quanto ao Pontão da Lavariz, eu volto a responder da mesma forma. Está sinalizado com aquilo que
o proprietário, digamos que o titular do Pontão da Lavariz decidiu, mediante uma inspeção técnica, sinalizar.
A Câmara Municipal só resta e, daqui também posso endereçar um pedido aos Serviços, para reafirmar a
urgência de uma solução. Não podemos fazer obras em seara alheia, ou não podemos ir à seara alheia fazer
obras. Eu compreendo que a oposição e aqui respondo a todas as intervenções sobre os caminhos do campo,
são caminhos agrícolas e, eu volto a referir, não são estradas para trânsito de automóveis, são caminhos
agrícolas da obra do Baixo Mondego e, portanto, é evidente que houve uma altura, houve aqui uma solução
provisória que se está a tornar definitiva e que provavelmente criou expectativas nas pessoas, mas na verdade
a Câmara Municipal só é titular das retas e, as retas vai mantendo como pode e, daí o valor que está no
orçamento
O orçamento hoje, é um mero instrumento financeiro. Não pode traduzir a realidade enquanto na
estiver resolvido o problema do Saneamento Financeiro de 2009. Porque efetivamente com o Saneamento
de 2009 e, com o serviço da dívida de mais de três milhões e quatrocentos mil euros, não é possível aguentar
nenhum orçamento e, essa é a realidade. Portanto, nós vamos de certeza absoluta gastar nas retas, que é
onde podemos intervir mais que os dez mil euros que estão lá previstos. Esses dez mil euros são para
manutenção, não é para fazer estradas novas.
Penso que respondi a todas as questões de todos os deputados, sobre caminhos agrícolas do campo,
sobre caminhos de Formoselha alternativos. Existem, como sempre existiram acessos a Formoselha e Santo
Varão, são menos cómodos é verdade e, portanto, nessa perspetiva não é agora que se vai resolver o
problema, porque eu não consigo chegar ali e fazer obra. Já tivemos as polémicas que tivemos sobre este
assunto

Em relação às estradas, Dr.ª Ana Cristina Jorge, como eu disse há pouco, eu lamento que só tenha
tido vergonha agora com este Executivo. Na verdade, aquilo que eu encontrei enquanto Presidente de
Câmara no anterior mandato é que era uma verdadeira vergonha, um verdadeiro atentado e uma fata de
respeito para com os nossos munícipes. Hoje, penso que em termos de estradas e de sinalização estamos
bem melhor. Mal seria, depois de tanto dinheiro gasto em relação às estradas
Dar-lhe nota do seguinte: o buraco que encontrou em Liceia, de certeza absoluta que tem uma
justificação, não é porque a estrada está malfeita! Se está mal feita, está em período de garantia e nós
mandamos reparar. Se teve uma intervenção dos Serviços por causa de alguma rutura, nós iremos tapar. Não
podemos tapar logo, eu já expliquei que as ruturas não se podem tapar logo porque têm um período de
assentamento e, nessa medida, nós temos de esperar algum tempo para que se possa fazer a intervenção e,
nem temos assim tantos recursos humanos para poder fazer de imediato as intervenções, mas a estrada tem
garantia, há um contrato, as coisas foram feitas com toda a legalidade e, nessa perspetiva só há que fazer
cumprir a legalidade e, comigo, os empreiteiros cumprem, porque se eu vejo que os serviços se atrasam, eu
próprio vou lá e reclamo das situações. Também agradeço que as denunciem
Quanto às instalações da CPCJ, eu gostava de lhe dizer que eu divulguei fotografias, mas está
esquecida daquilo que eu divulguei. É que chovia lá dentro. Chovia lá dentro e havia pessoas com guarda-
chuvas dentro das instalações. Eu vi. Não fui eu que tirei as fotografias, nem mandei tirar. Estávamos a fazer
uma visita e a Senhora estava a comer à mesa, de guarda-chuva aberto, porque lhe chovia em cima da
secretária e, portanto, foi isso que eu vi no primeiro dia de trabalho nesta Câmara
Nós já interviemos naquele edifício do Solar dos Pinas e, dar-lhe nota que não podemos fazer uma
intervenção mais profunda de imediato, embora o queiramos fazer, nós temos uma verba para reabilitação
do Parque Habitacional no orçamento, onde iremos fazer várias intervenções em vários edifícios, agora nós
estamos a levar tudo de seguida e, quero-lhe dizer que, se alguém fez reabilitação do parque habitacional da
Câmara, fomos nós, sem sombra de dúvida e, se quiser passo a tarde inteira a falar sobre intervenções no
Parque habitacional da Câmara
Se me disser que aquele edifício merece uma reparação mais profunda, eu concordo consigo. Se eu
tiver uma candidatura faço, agora do ponto de vista orçamental não tenho ainda disponibilidade para fazer
uma reabilitação profunda para além de manutenção
Folgo muito, eu não sei onde é que encontrou o estofo financeiro no orçamento da Câmara, é
evidente que a Câmara esta equilibrada do ponto de vista financeiro, mas não tem estofo para fazer todas as
obras que aqui nos pede a oposição. Dar um exemplo, a estrada que está ao lado do Centro Náutico, estava
orçamentada em mais de um milhão e quatrocentos mil euros no anterior executivo, ou seja no anterior
executivo ao meu anterior e, portanto, nessa perspetiva eu não tenho com o serviço da dívida previsível de

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

três milhões e quatrocentos mil euros, não se liberta um cêntimo (quase) para além daquilo que está no orçamento, eu gostaria de perceber é, como é que os senhores deputados conseguem inventar um milhão e quatrocentos mil euros para se fazer a obra. Portanto, aquilo que tem que se fazer, e aquilo que nós estamos a tentar fazer é, encontrar outras soluções mais económicas ara que aquela estrada possa vir a funcionar, sendo certo que tem uma adutora muito sensível e ela está restrita ao trânsito só por causa da adutora porque a Associação de Beneficiários do Baixo Mondego, imediatamente quando nós a abrimos ao trânsito, nós até queríamos que aquilo assentasse para que depois possamos fazer o alcatroamento desejado, a situação que queríamos no futuro era alcatroar aquilo e, de imediato ocorreram duas situações: em primeiro lugar levanta pó para os senhores que estão no Centro Náutico a praticar as modalidades de Remo e Canoagem. Imediatamente choveram críticas, comunicação social, até inclusivamente jornais nacionais e, forçaram-nos a limitar a velocidade e a proibir o trânsito dos veículos, mas ainda assim, a Associação de Beneficiários veio cá reunir connosco, reclamar que se nós não fizermos a contenção de toda a plataforma da estrada em betão armado para proteger a adutora, nós não podemos ter a estrada aberta ao trânsito. É evidente que ela está aberta ao trânsito porque lhes interessa também a eles porque, segundo dizem, têm direitos adquiridos, os tratores podem lá passar e, já de agora, passam lá também os veículos municipais. Essa é a realidade que nós temos ali e, já de agora dizer também que perguntar-me-ão porque e que foi feito aquilo. Primeiro, porque nós tínhamos que reconquistar o espaço que a Câmara pagou e ainda pagou algumas coisas no executivo anterior; tínhamos que reconquistar o espaço que os agricultores teimavam em cultivar sempre. Nós púnhamos lá estacas, nós púnhamos marcos e os agricultores tiravam-nos os marcos e as estavas e, nós resolvemos e bem, fazer aquela obra, de forma a que de uma vez opor todas, ocupássemos o nosso território, assim é "sem espinhas" como se costuma dizer e, passo a expressão e, não há volta a dar-lhe. Aquilo pertence à Câmara Municipal. Agora, quando? Não sei. Se o Senhor deputado Marcelo me disser como eu encontro um milhão e quatrocentos mil euros, amanhã faço-lhe a obra.----------- Quanto ao Senhor Bruno Ferrão, eu quero-lhe dizer que ainda agora iniciamos o mandato, efetivamente não foi informado disso, deram-lhe indicação de fazer essa intervenção, nós estamos a iniciar o mandato e, naturalmente, queremos que os representantes sejam os adequados para o atual contexto das forças políticas em presença e, portanto, esse processo irá iniciar-se tão breve quanto possível. Dar-lhe nota que no passado houve atrasos na aprovação do Regulamento, teve discussão pública, todo um conjunto de situações e, não conseguimos em tempo útil e em tempo que entendemos justificável, não se justificava no final do mandato estar a nomear pessoas que iriam exercer dois ou três meses as funções. Não fazia sentido. Esse processo está para iniciar e para se concretizar a nomeação das pessoas. ----------- Intervenção do Senhor deputado António Torres, Rua José Augusto Mendes dos Santos, efetivamente foi feita ao abrigo de um projeto comunitário, agora a competência para sinalização e ordenamento do

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

trânsito é da Câmara Municipal, não é de nenhuma entidade financiadora. É evidente que eu sei que é contra, porque já mo transmitiu pessoalmente os dois sentidos, eu poderia até estar solidário com a sua posição, mas há duas notas muito importantes: que eu saiba, eu assinei um contrato em 2014 para a feitura daquela estrada, que eu saiba, a obra foi terminada e paga pelo Executivo anterior em 12/08/2015, que eu saiba, fiz uma reunião antes de, sequer haver financiamento para a obra, porque atenção ao que lhe estou a dizer, com os moradores na Junta de Freguesia. Está aqui o anterior Presidente da Junta de Freguesia que poderá corroborar ou não, se eu estiver a mentir. Não tenho culpa, foram todos convocados, eu confio e sei que o Senhor Ex-Presidente da Junta Rui Almeida, é uma pessoa séria, honesta com toda a gente e, portanto, aqueles que estiveram presentes, pediram-me uma coisa: que se fizesse a rua e se pudéssemos para colocar trânsito nos dois sentidos para moradores. Nós temos as placas, temos tudo pronto para moradores, só que há um compromisso e, eu assumo isto publicamente e, portanto, não tenho problemas nenhuns, se a esmagadora maioria das pessoas de Pereira, daquela rua quiserem trânsito para moradores nos dois sentidos e, se os serviços não virem obstáculo do ponto de vista técnico de sinalização e de circulação, não vejo porque não satisfazer a vontade das pessoas. Por morrer uma andorinha, não acaba a Primavera e, poderá haver só um ou dois moradores a dizer que não, que eu não posso ir contra a vontade das pessoas, desde que os Serviços, me deem conforto técnico para que o possa fazer. A verdade seja dita, é esta a coerência que eu tenho e, por isso mesmo, até admito que essa bancada venha chamar o Dr. Luís Leal para esta história, mas o Dr. Luís Leal não teve a coragem de enfrentar as pessoas, ir lá discutir com as pessoas como eu fui. Eu só tenho uma cara e, só tenho uma palavra. Se eu lhe prometi que se pudesse fazer, o fazia, estamos a tratar disso. O abaixo assinado, julgo que é da responsabilidade da Junta de Freguesia de Pereira e bem, está a fazer bem e, nessa perspetiva nada a dizer. Venha o abaixo assinado, vamos avaliar o mesmo e, depois vamos tomar a devida posição sobre o mesmo. ----------- Estrada do Traveiro, mais uma velha obra emblemática em Pereira, porque não é nos últimos dias que se ganham eleições, nós temos vindo a fazer a recuperação da estrada do Traveiro em diversas fases. Ela ainda não está acabada e, vou explicar porquê. Porque é uma obra difícil. Se eu adjudicar a uma entidade externa, eu adjudico e pago um preço e, provavelmente a obra acaba, mas como estamos a fazer com os nossos próprios meios, como devem perceber, estão lá ainda alguns montes de touvenant, que servirão para ----- Agora, a reclamação que o Senhor deputado faz, não faz qualquer sentido, eu vou-lhe explicar porquê. Nós gastamos lá cerca de quarenta mil euros na recuperação daquela estrada, porque isto custa dinheiro, não é só reclamar a estrada do Traveiro, demoramos três meses a fazer a obra e, todos os acessos visíveis que lá estavam foram feitos. Mais, o anterior Executivo da Junta de Freguesia, presidido pelo hoje deputado Rui Almeida, pediu mais dois acessos e, também estão feitos. O que é que acontece? Se há mais

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

acessos para fazer, devem-se dirigir à Junta de Freguesia e, a mesma vai resolver o problema. Tão simples como isso. Não é um problema da estrada. A estrada não está mal feita. É um problema que tem que ser canalizado para os locais próprios e, se amanhã ainda existirem mais acessos, dirijam-se à Junta de Freguesia de Pereira e reclamem lá os acessos. Nós iremos ver e, em conjunto com a Junta, vamos resolver o problema. ------ Ponte do Paço, o projeto está para apreciação, eu quero-lhe transmitir, Senhor deputado António Torres, que o que existia aqui sobre a Ponte do Paço era rigorosamente zero. Nada se aproveitou. Nada. Zero. E, portanto, estamos a fazer tudo de novo, já existe conforto da APA, o projeto está para apreciação final e está em andamento. É uma obra em parceria com a Câmara de Coimbra e, se virem no orçamento, está lá a nossa quota parte para a mesma obra e, portanto, não é ficção. Num orçamento de rigor, onde eu tive de cortar verbas de cinco mil euros, para perceberem o rigor a que temos que chegar e as dificuldades que temos em fazer este orçamento, deixar lá mais de cento e setenta mil euros, não deve ser pura ficção. É porque efetivamente existe uma predisposição séria e uma vontade séria e honesta de fazer a obra. ------------ Quanto às estradas do Campo, eu já respondi, são caminhos agrícolas. A situação vai-se manter enquanto a APA assim o desejar. ----------- Posto médico, está a ser concluído o projeto porque a ARS Centro pediu-nos uma revisão do AVAC, nós não temos culpa. A verba também está no orçamento, logo que a ARSC estabilize a sua vontade e os quereres, nós estabilizamos o projeto, fazemos caderno de encargos e avançamos para a obra. ------------ Dar nota que a obra é da competência da Câmara Municipal e, logo que tenhamos todas as condições para o fazer, fazemo-lo, está em orçamento, não é mera ficção, é uma vontade séria e determinada.---------- Jacintos de água. Eu faço minhas as palavras do Senhor deputado José António Serrano e, dar nota do seguinte: estamos à espera de água. Como não corre água, não correm jacintos. Os jacintos não podem correr para nenhum aterro sanitário, como é vontade do ICNF, porque só essa movimentação, só o transporte dos Jacintos para aterro sanitário custa mais de cem mil euros, ora, uma coisa que não é da competência da Câmara, gastar cem mil euros só em transporte, como devem compreender, senhores deputados, podem reclamar em todas as sessões da Assembleia Municipal, eu vou continuar à espera da água, porque é a única solução que nós temos de os pôr a andar para a Foz do Mondego e dizer que efetivamente, a Figueira da Foz se insurge contra a existência dos Jacintos de Água. Eles já estão no rio Mondego, só não se fixam tanto, porque a água corre e, portanto, vão correndo todos os dias lá para baixo. Agora, é evidente que aquilo enrola-se nas hélices dos barcos e, causa problemas à circulação dos navios e, quando nós fizemos uma reunião na Figueira da Foz, o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz foi contra a intervenção que nós queríamos fazer em conjunto, porque do Porto da Figueira da Foz veio a emanação de que nós não podíamos por aquilo a circular. Eles vão circular na mesma porque as águas correm livremente até à Foz com aquilo que levam ou seja, no inverno todos nós sabemos que as águas levam troncos, lixo e

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

mais a mais, com a área ardida que nós temos a montante vai vir muita coisa por aí abaixo, as águas não vão vir cristalinas, vão vir até pretas e, portanto, também vão ter alguns jacintos de água, porque eu espero que eles corram o seu rumo, que circulem livremente e vão a banhos à Figueira da Foz. Com toda a clareza e objetividade e a única solução que eu tenho e, mesmo para isso, quaro dizer aos Senhores deputados, que ainda vai ter que haver uma ajuda suplementar da Câmara Municipal. Porque? Porque contrariamente àquilo que vocês pensam, felizmente eles estão a diminuir de volume, mas nós temos que lhe dar uma ajuda. Porquê? Porque ali nas comportas de Foja, eles não passam e, na bomba, não podemos arriscar que eles passem na bomba, sob pena de a mesma avariar e ter de ir a reparar à Alemanha e, um inverno sem bomba, é muito complicado e, eu não quero que os Senhores deputados culpem o Senhor Presidente da Câmara porque forçou a entrada dos jacintos na bomba. Eu já sei que sou preso por ter cão e por não ter cão aqui nesta Assembleia Municipal. Então, o que é que nós temos que fazer? Temos que os transportar para o Leito Principal e, aí, também vamos pagar alguma coisa. Da última vez pagamos mais de trinta mil euros, metade da Unidade Móvel. Estão a ver? Coisas interessantes que se podiam fazer com trinta mil euros, para uma coisa que nem sequer é competência da Câmara Municipal. ----------- Sobre Jacintos estamos entendidos e penso que, todos devemos rezar ao São Pedro que nos mande chuva, muita chuva e, que as águas possam correr com muita profusão para nos livrarmos dos Jacintos de água. -- ----------- Por último, um agradecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Eusébio Campos, pelas palavras que endereçou e os votos que endereçou e, dizer-lhe que eu conto com ele e com todos os Presidentes de Junta para trabalhar como sempre trabalhamos, dentro do espírito que sempre tivemos de honestidade, frontalidade, onde as críticas são possíveis, onde o diálogo é franco e leal." ------------ Usou da palavra o PMAM que disse: "Sob pena de ainda podermos discutir algumas destas questões, relativamente à ordem do dia, até porque eu tenho um pedido de inscrição, mas se não se importarem, iriamos dar por encerrado o ponto 1. da Ordem de Trabalhos e, passaríamos ao ponto 2. da Ordem de Trabalhos, que é a informação escrita do Senhor Presidente de Câmara. Evidentemente podem ser questionadas não só as informações que constam da mesma, mas outras questões. ----------- Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. ---------------------------------- Pediu a palavra o membro António Torres (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Relativamente ao abaixo assinado, se está bem recordado o Senhor Presidente e o anterior Presidente da Junta de Freguesia de Pereira, esse abaixo-assinado eu também tomei por iniciativa e junto da Câmara para fazer esse mesmo abaixo-assinado. Porquê? Porque numa intervenção num ato público do Senhor Presidente, a tomada de posição de por a estrada em dois sentidos, gerou alguma polémica e, para evitar que

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

nesse ato público, as coisas pudessem ser no contexto em que estavam, sim senhor, disponibilizei-me para colaborar nessa questão e foi o que fiz. Dirigi-me à Junta de Freguesia para poder iniciar esse abaixo-assinado, mas sempre com a questão técnica da parte da Câmara Municipal, em que a mesma na verdade, quis passar para os moradores a responsabilidade de colocar a via nos dois sentidos com a consequente falta de segurança nesse contexto. Por isso, eu não sou contra e, que fique bem ressalvado, a questão dos dois sentidos nessa rua. Eu sou a favor que essa rua da forma como está não sejam feitos os dois sentidos. É bom que isso se tome em atenção. Porque o abaixo-assinado que anda a decorrer é só para efeitos de legalização dos moradores e, atenção há moradores que nem tão pouco têm meios de transporte para poder eventualmente, ou isso vem levantar outra questão, se o manifesto alguma legitimidade ou não. Certo? Porque há moradores que estão a ser questionados que nem tão pouco têm uma bicicleta, nem tão pouco têm na verdade, uma mota, não têm qualquer veículo. E mais, há transversais associadas àquela rua que pelos vistos ficarão obrigados a fazer a circulação na mesma que está, ou seja, o sentido único. Então, quer dizer, se as transversais, se por qualquer motivo, não têm outra alternativa. A minha questão tem a ver precisamente com a forma como está feito o manifesto e, mais uma vez refiro, não estou contra a questão da rua nos dois sentidos. Estou contra sim, a forma como a rua neste momento, está e a colocação das placas nessa rua. ---------- Aproveito para desejar a todos os intervenientes um feliz e ótimo natal." ------------ Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: Em relação às instalações da CPCJ, eu quero apenas dizer que já frequento aquela casa há alguns anos e, portanto, o que está agora é o que sempre esteve, portanto se fez lá alguma intervenção eu não percebi qual. Também nunca andei lá de guarda chuva aberto e, agora também não ando, é certo, mas realmente as instalações são iguais. ---------- Em relação à intervenção da digníssima líder de bancada, Albertina Jorge, quando falou sobre as eleições, esqueci-me de dizer que parece que só agora é que toda a gente votou em consciência e toda a gente votou devidamente. Não! O processo já vem do 25 de abril e, portanto, umas vezes ganham uns, outras vezes ganham outros e, portanto, o poder é cíclico e, ainda bem que o é e, portanto, não foi nada de absolutamente extraordinário porque também sempre correu bem na minha perspetiva. ------------ Há pouco esqueci-me de falar ao Senhor Presidente da estrada de Belveia, mas, ficará para outra altura e, o Senhor tomará nota. Se tiver oportunidade de passar lá, passe e veja em que estado está naquela que depois segue para Santana. ----------- Em relação ao ponto 2. Eu queria questionar o Senhor Presidente, na página 21 onde diz procedimentos concursais em curso - Procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para três postos de trabalho de assistente operacional – auxiliar

de serviços gerais para a subunidade orgânica de educação e ação social. Eu penso que este ponto que está
aqui, tem a ver com aquilo que nós já aprovamos nesta Assembleia há cerca de um ano e meio e, portanto
aquilo que eu quero perguntar ao Senhor Presidente, que é o Órgão Político nesta Assembleia e que deve
responder enquanto tal, porque deve ter conhecimento dos dossiers, o que lhe quero perguntar é que no
esclareça, qual é que é a situação e porque é que isto tem demorado este ano e meio, se é que estamos a
falar da mesma coisa."
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Em relação à intervenção do Senhor António Torres, dar
lhe nota que os moradores que não têm veículo também têm uma palavra a dizer sobre o sentido das ruas
porque são visitados, podem-se deslocar de ambulância, de bicicleta, de motorizada. Os seus familiares
amigos, as visitas, portanto, também têm o direito de se pronunciar
Eu não tenho a ver com o abaixo-assinado, mas parece-me que sendo moradores e tendo visitas, têm
o direito de se pronunciar sobre o sentido das vias
Quanto à questão da estrada de Belveia, a seu tempo será recuperada logo que possível e, em função
das disponibilidades financeiras da Câmara e das prioridades das estradas que tivermos para recuperar
Senhora deputada, Ana Cristina Jorge, eu há uma coisa que faço e que se calhar vou deixar de fazer
em prejuízo do vosso esclarecimento. Não o devo fazer, penso eu, porque eu quando quero fazer as coisas
faço de boa vontade. Eu dou a explicação primeiro e, peço que os serviços complementem com a explicação
técnica. Aquilo que me está a pedir é uma explicação técnica, porque eu quero-lhe dizer olhos nos olhos, que
eu não interfiro nos concursos públicos nesta casa, nem para andarem mais, nem menos. A resposta política
é esta: eu não interfiro nos concursos públicos desta casa. Esta é a resposta política. Se eles mais depressa
mais devagar, eu não sei."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Eu vejo-me necessariamente obrigado a intervir, porque o
diálogo nesta Assembleia ainda não é permitido e, portanto, efetivamente, senhora deputada municipal
senhor Presidente de Câmara, o diálogo ainda não é possível."
Retomou a palavra o PCM que disse: "Eu peço desculpa, eu fui interrompido. E, há uma coisa que eu
não faço, é interromper as pessoas. Eu estou a fazer a defesa da minha honra, porque eu tenho conhecimento
de todos os dossiers. Agora, eu não faço andar nem menos, nem mais os concursos, eles andam no seu tempo
próprio e, por isso é que eu entendi e vou solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia para que deixe fala
a Senhora Chefe de Divisão e, essa sim, tem influência ou não e, pode explicar porque é que anda mais rápido
ou menos rápido ou o que é que se está a passar com os concursos, porque eu, pura e simplesmente não
andei a pedir explicações. Quando os concursos estão em fase de avaliação, o autarca não deve interferir. De
bom tom não deve interferir. Essa é a questão que eu aqui quero colocar e, portanto, com a sua permissão, a
Senhora Chefe de Divisão que é a responsável por esses concursos, que até sei que ainda hoje foi para a

Biblioteca a propósito desse concurso, porque ela me informou que iria estar ausente de manhã da Câmara
Municipal, edifício Paços do Concelho, porque iria estar presente nessa diligência. Gostaria que ela explicasse
e que desse a resposta técnica à senhora deputada."
O PMAM deu a palavra à Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Andreia Lopes que
disse: "Relativamente à questão colocada e, relativamente ao procedimento concursal que está a decorrer
para contratação de três assistentes operacionais, neste caso auxiliares de ação educativa para a educação
eu gostaria de esclarecer o seguinte: aquilo que veio à ultima assembleia municipal de 2016, foi a autorização
para o recrutamento, ou seja, a Câmara àquela data estava ainda em desequilíbrio estrutural e financeiro e,
portanto, necessitaria ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado que estava em vigor nessa data, de
autorização para abertura desse procedimento concursal
Como sabem, isso é uma estratégia, tal qual como veio agora o mapa de pessoal para aprovação, nós
fazemos uma previsão e uma estratégia daquilo que necessitamos para o ano 2017, mas no ano 2017,
também tínhamos outras contingências, que é um limite à despesa com as despesas de pessoal, ou seja, nós
não podíamos exceder os limites que tínhamos gasto. Como referência tínhamos o limite gasto a 31 de
dezembro de 2016 e, portanto, em 2017 não podíamos exceder esse mesmo limite em termos de recursos
humanos
Nós não atrasámos, nem adiantámos os procedimentos, o que fizemos foi gerir aquilo que
entendemos que seria o mais adequado, para não ultrapassar aquele montante e, portanto, iniciámos o
procedimento concursal, o mesmo teve prova escrita, tenho a dizer que tivemos cerca de 60 candidatas a
esse mesmo procedimento. Tivemos que avaliar todas as provas escritas que foram efetuadas, todas as
candidatas já foram notificadas e decorreu o prazo para a audiência prévia no âmbito dessa notificação e,
hoje mesmo, está a decorrer o segundo método de seleção
Aquilo que pretendíamos claramente, do ponto de vista do planeamento e da gestão de recursos
humanos é que este concurso estivesse concluído no início de janeiro, não é possível logo no início, mas
tentaremos que seja até ao final de janeiro. É esse o nosso objetivo claro, porque entendemos que as escolas
estão a necessitar destas pessoas e deste recrutamento e, portanto, hoje mesmo, está a decorrer o segundo
método de seleção que é a avaliação psicológica, que é um procedimento feito por uma entidade externa e,
por isso, mesmo é que eu estive hoje na Biblioteca durante a manhã para fazer este acompanhamento
De seguida vamos proceder ao terceiro método de seleção, que é uma entrevista profissional de
seleção, é assim que se chama e, portanto, decorre da Lei e, o que pretendemos efetivamente, é que este
procedimento concursal esteja concluído no final de janeiro ou, é isso que temos como expectativa
Não atrasámos, nem adiantámos, tentámos foi gerir aquilo que era o orçamento de estado e as
necessidades que tínhamos

É com bom grado que vi e, se me permite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que estamos
neste momento, e isso também nos deixa mais aliviados, com outra abertura para o próximo ano,
relativamente àquilo que é a proposta do orçamento de estado para 2018 e, portanto, isso dá-nos algumas
garantias e algumas expectativas também relativamente à educação."
Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse:
"Ponto número um: o Senhor Presidente às vezes exalta-se um bocadinho. Ninguém disse aqui que o Senhor
estava a interferir ou interferiria nos concursos. Não é nada disso. O que esta Assembleia quer,
nomeadamente a nossa bancada é ser esclarecida. Isso é um direito que nós temos. E das palavras que eu
disse, não estava aqui subjacente ou como segunda intenção qualquer outro tipo de atitude do Senhor
Presidente, até porque o Senhor sabe perfeitamente que está num órgão político e público e, portanto, já
mais lhe passaria pela cabeça, a si e a nós te qualquer tipo de interferência num concurso deste tipo. Nem eu
ousaria sequer, pelas minhas palavras dizer isso. O que eu disse é que o Senhor naturalmente conhece os
dossiers. É isso ou, não é? O Senhor como Presidente de Câmara, como político, conhece os dossiers desta
casa. Tem de conhecer! Certo? Se não conhece, já ficamos um bocadinho mais preocupados, mas essa é outra
questão."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Evidentemente, pode fazer as perguntas que entender, mas não
espere a resposta na hora"
Retomou a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Por Montemor Tudo e Sempre) que disse:
"O que me causou alguma espécie, foi de facto, termos iniciado em 2016. Portanto as pessoas que faziam
parte da Assembleia Municipal à data, lembram-se perfeitamente de vir à Assembleia Municipal esta questão.
Há um ano e meio. Essa foi a questão. A questão foi somente esta. Pretender esclarecer porquê um ano e
meio. Nesta bancada, também há aqui pessoas que lidam todos os dias com concursos públicos e, portanto,
também temos algum conhecimento, se bem que muito pequeno comparativamente ao que é uma Câmara
Municipal e, todos os procedimentos que lhe são inerentes e, portanto, causou-nos alguma estranheza e, no
âmbito dos nossos direitos, que é sermos cabalmente esclarecidos das situações, fizemos a questão, mas sem
qualquer tipo de ofensa ao Senhor Presidente, era só o que faltava. O Senhor, se bem nos conhece, sabe que
a nossa bancada não tem esses devaneios de querer, eventualmente ofender a sua dignidade ou o que quer
que seja."
A AM tomou conhecimento
Ponto 3. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Proposta de Orçamento para 2018 e
Grandes Opções do Plano 2018-2021
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Senhor Presidente, eu irei falar muito pouco, porque o
orçamento, é o orçamento, é um documento técnico, foi distribuído por todos, foi aprovado já na Câmara

Municipal, é um orçamento feito com rigor, transparência. É um orçamento real, não há ficções, mesmo onde
se possa pensar que há, não há. Eu já disse aqui que fomos ao rigor de ir cortar verbas até de cinco mil euros,
porque ele tem de resultar equilibrado, porque não temos disponibilidade em função daquilo que herdamos
e que ainda continuamos a pagar, bem caro e iremos pagar como eu sempre disse, e iremos pagar nas
próximas gerações aquilo que foi feito e, portanto, este é um orçamento que resulta dessas condicionantes.
Foram cumpridas as regras contabilísticas, a Lei em geral. Estão contemplados os principais projetos
deste Executivo para o próximo ano e, alguns já com execução plurianual
Eu chamo a atenção dos Senhores deputados que este orçamento é um orçamento que irá ser
corrigido, necessariamente, com as condicionantes financeiras que temos, ao longo do ano. Nós queremos
gerir a Câmara sem dívidas e sem passivo gerado por nós. Queremos cumprir com os nossos compromissos
e, por isso, vai ter que se adequar necessariamente ao longo do ano
Gostaria de chamar a atenção de que consta do mesmo a renegociação do Saneamento Financeiro
de 2009, estamos a aguardar visto ainda. Se não nos for concedido visto, entraremos de imediato em nova
renegociação porque não poderemos continuar com aquele saneamento financeiro, tal como foi negociado
no passado e, tal como consta como compromisso desta Câmara. Como eu disse, tem um serviço da dívida
associado de cerca de três milhões e quatrocentos mil euros, neste momento um pouco mais baixo, porque
já pagamos tranches desse saneamento e, portanto, esta é a grande pecha e que tudo condiciona em termos
de execução orçamental, em termos de elaboração de orçamento e, se porventura, neste mandato, espero
que sim, consigamos de uma vez por todas, resolver esta pecha que aqui temos, provavelmente faremos um
orçamento já mais como instrumento político, como instrumento de orientação estratégica, com muito mais
realismo do que este, porque este, terá que ser necessariamente modificado num futuro próximo. Já foi assim
no passado, será assim no futuro."
Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse:
"Nós, naturalmente, não estamos de acordo com este orçamento, nem da forma como ele está apresentado.
De facto, esta introdução muito sumária mostra-nos um orçamento de vista curta, talvez seja esse o termo.
Há aqui algumas questões que me apraz salientar nomeadamente, a revisão da Carta Educativa, dizer que já
não era sem tempo, porque, principalmente nos últimos anos, andámos com uma carta educativa
completamente desatualizada. Penso que este é um ponto e, portanto, será bem-vindo
Na questão da ação social, realmente na sua introdução salienta toda a importância. Eu, já agora
nesta questão da ação social, queria deixar ao Senhor Presidente uma preocupação e queria-lhe falar das
famílias de etnia cigana, que durante décadas se instalaram aqui no nosso Concelho, e que nunca houve para
elas um plano, um plano urbanístico, nada, nunca ninguém pensou sobre isto e, portanto, deixo-lhe também,
esta ideia de começar a pensar sobre as coisas, porque acho que o problema às vezes é não se pensar e, tem

que se parar para pensar, porque se nós pensarmos bem as coisas, se nós ouvirmos os outros, então se calhar
às vezes fazemos as melhores opções. Não fazemos opções para estarem quietas e paradas. Temos que fazer
opções que sejam de facto, um bem para a comunidade e, esta comunidade merece alguma atenção até
porque continua a construir desmesuradamente e, portanto, sem controlo nenhum, anexo aqui, anexo ali e
portanto, isto não dignifica a vila de Montemor, nem o Concelho de Montemor. Há bons exemplos por este
país fora, que se podem procurar, que se podem investigar e que se podem encontrar aqui soluções para um
futuro sustentável também para estas pessoas, que são cidadãos portugueses e que merecem aqui alguma
atenção, alguma integração. Certamente levará o seu tempo, mas penso que terá que se pensar nessas
pessoas e nessas soluções
Depois, de facto o elevador para o edifício dos Paços do Concelho, também se o Senhor nos poder
explicar a forma como está a pensar, também nós agradecemos
Também, muito bem, uma estreita colaboração com os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-
Velho, sem dúvida alguma e, com as Juntas de Freguesia que nós também já tínhamos pensado sobre estas
matérias e, achamos muito bem.
Depois, também naturalmente, a questão da ARU e de todas as infraestruturas e todo o patrimónic
municipal que está envolvido com esse programa financiado. Parece-nos muito bem
O Senhor Presidente também fala na rede de abastecimento de águas. Já no anterior mandato se fo
manifestando sobre esta questão. A rede está um pouco deteriorada. Continuar, de facto, a pensar melhorá-
la, como o Senhor tem dito
A questão do PLIA, enfim, o Senhor diz aqui a certa altura que a missão é fixar as pessoas no território
eu acho muito bem, senhor Presidente, mas tal como nós já qui dissemos no passado, há aqui coisas que são
importantes e, a questão do IMI e da Derrama, o Senhor tem que pensar seriamente em continuar a baixa
essas taxas para querer aqui as pessoas fixadas e a pagar aqui os seus impostos
Depois, passando para estes quadros que levam aqui algum tempo a analisar, temos aqui algumas
questões que gostaríamos de ver esclarecidas, nomeadamente, logo na página 1, a questão dos 100.000€
para aquisição de viaturas
Depois temos então este acordo com os Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, que nos
parece muito bem
A questão dos edifícios do Pré-escolar de Pereira e do Pré-escolar das Meãs, está de facto, em bor
andamento e, se este montante que está aqui, é o montante que cabe à Câmara Municipal. Nós sabemos que
são projetos financiados e, como tal gostaríamos de ser esclarecidos relativamente a esta questão
Na prevenção e abandono escolar e promoção do sucesso educativo, temos também uma verba de
despesa. Nós queremos saher se realmente este projeto, é um projeto financiado, quem é que o financia e

como é que ele vai ser implementado
Mais tarde, temos aqui na questão da recuperação do edifício, 100.000€. não sei se será n
recuperação deste edifício, se aqui o Senhor, já eventualmente, pensou no Solar dos Pinas também, seri
interessante
Temos aqui um arranjo urbanístico para Liceia de 29.900€. Também gostaríamos de ser esclarecido
No Parque Urbano Ribeirinho, uma despesa total de 43.100€, de facto isto também é financiado
Continuamos, no Programa de Apoio e Equipamentos, Cultura e Ação Social, também queremos saber com
é que aparece aqui este financiamento e a que é que se deve
O outro item a seguir, Programa de Apoio ao Investimento, Cultura e Ação Social
A Torre de Chegada, na Pista, nós também sabemos que este é um projeto financiado, como é qu
ele vai ser construído, quais são as entidades que o vão financiar?
Temos aqui também a Piscina de Arazede. Nós gostaríamos de saber onde é que está a ser pensad
e, já agora gostaríamos de dizer, por favor quando pensarem numa infraestrutura destas, escolham sempr
o melhor sítio. Eu na última Assembleia Municipal não me referi a isso, mas vou-me referir agora que a Piscin
da Carapinheira al lado daquelas Bombas de Gasolina, de facto um mau gosto que lamento ter sido aquel
local o escolhido, porque de facto, quando as próprias bombas de gasolina, não devem estar dentro de zona
habitacionais, quanto mais pôr-lhe um tanque ao lado, de facto é de um mau gosto e de uma vista curta qu
ficamos completamente constrangidos
Relativamente aos arruamentos, de facto há aqui vários itens em várias freguesias. Há aqui o d
Arazede que é bastante significativo, já agora também gostaríamos que fossemos esclarecidos
Carapinheira, Ereira, também Santo Varão que, de facto, salta aqui à vista com a despesa que vai te
Depois tem a Ponte do Paço, que o Senhor Presidente também já falou sobre isto
Falta de facto, referir que, da dívida, continuam aqui os 15.000.000€, se bem entendo o que está aqu
se bem que este é um documento muito técnico, e é um documento de alguma morosidade e, de facto par
as pessoas que são da área, de fácil interpretação, porque está descriminado para as pessoas que são dess
área compreenderem, para as outras que não são, naturalmente terão que ter aqui o seu trabalho acrescido
porque depois do ponto de vista das grandes opções do Plano e do que devia estar aqui descriminado o qu
e que era e o que é que se pretendia e qual era o enfoque que o atual executivo pretendia dar er
determinadas áreas, está enfim, alguns parágrafos que, queremos ver esclarecidos agora cruzando com est
parte que é mais técnica, para ver se entendemos um bocadinho melhor aquilo que o Executivo pretende."
Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CD) que disse: "Para além da apreciação geral que fare
aquando da Declaração de Voto, tenho também aqui algumas questões que gostaria de ver esclarecidas
A primeira, começa com a Piscina de Arazede e, a questão é a seguinte: eu espero, esperamos mesmo

acho que todos, que não seja uma réplica daquela coisa, desculpem chamar-lhe nestes termos, que está ali
na Carapinheira e, portanto, eu perguntaria, que tipo de empreendimento é este? Onde é que ele vai ser
construído? Quais os objetivos? Naturalmente que os há, pois quando se lança uma obra municipal,
naturalmente que há objetivos. Qual é a ideia para esta Piscina?
Quanto ao elevador, queria louvar a iniciativa, acho que é uma necessidade absoluta. Eu já vi aqui
pessoas serem transportadas para o andar de cima com muito pouca dignidade. Fico muito satisfeita por isso.
Tal como a deputada Cristina Jorge referiu, gostaria de saber mais pormenores sobre isto, dizendo,
desde já que estou complemente de acordo, espero que a forma de o fazer seja a mais indicada, mas é uma
obra de grande importância
Jardins-de-infância. Sendo eu da área da educação, nada mais me apraz do que ver construir Jardins-
de-infância e requalificar escolas, naturalmente. Este Jardim-de-infância de Pereira, como há muito tempo
funciona na EBI de Pereira, já teve 3 turmas, penso que neste momento tem duas e, como a população escolar
tem vindo a diminuir, infelizmente, haverá alguma razão para aparecer agora aqui esta obra, neste momento?
Espero que seja, de facto, por haver mais crianças nas nossas escolas, que isto seja uma necessidade e, queria
saber os pressupostos desta necessidade. Onde vai ser construído? Se vai ser no mesmo edifício da EBI,
acrescentando algumas salas? Quantas são as salas? O tipo de edifício? O que é que vai acontecer em
pormenor nesta obra
O das Meãs, é uma necessidade absoluta e que se concretize dentro do que são de facto as
necessidades
Em relação à EB 2, 3 da Carapinheira, aquela escola é uma dor de alma, para quem é pai, para quem
é professor, para quem se interessa pelas coisas do nosso concelho, porque ela está a precisar de intervenções
absolutamente profundas e, há muito tempo. Estão aqui obras referidas para esta escola, ainda bem, mas
5.000€, pergunto eu, Senhor Presidente, o que é que se faz com 5.000€ perante tantas necessidades?
Gostaria de ser esclarecida que obras são estas
Em relação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, eu e, acho que nós todos, até
pelas tragédias que vimos acontecer no nosso país, passámos todos o verão com o coração nas mãos e, quem
circula muito pelo Concelho, ele é pequeno, não é difícil, percebemos que a nossa floresta está uma lástima
absoluta. Há sítios onde as árvores que caíram naquela tremenda tempestade, onde houve aquela grande
tragédia sem luz, sem água, há árvores ainda dessa altura caídas no chão. Há matas absolutamente
intransitáveis, com muita vegetação morta, enfim. Sem qualquer limpeza, sem qualquer ordenamento, sem
coisa nenhuma. Repito que passei o verão com o coração nas mãos. Podemos estar à beira de uma grande
tragédia, se não houver uma mudança radical nestas coisas. Pergunto, Senhor Presidente, porque desconheço
e não percebo nada sobre este assunto, se as verbas que aqui estão são as suficientes para estas necessidades

absolutas, que eu enquanto desconhecedora, mas com olhos para ver, me preocupo, porque de facto, há
coisas que, de facto, saltam à vista
Voltamos a ver aqui, neste orçamento, verbas que, quanto a nós, avultadas para o que são as nossas
posses, para festas e mais festas, para todos os gostos, haja alegria, com certeza, mas achamos nós que, seria
bem melhor que, a festa se fizesse com mais apoio ao nosso associativismo porque, com certeza, que
ficávamos mais bem servidos e mais baratos. É o nosso ponto de vista
Águas. Estão aqui 400.000€ de investimento para a água. 400.000€, são 400.000€, mas Senhor
Presidente, nós quando fomos alvo deste aumento extraordinário e brutal da água, entendemos todos, pelo
menos, nós na CDU, vimos as coisas dessa forma, que o pressuposto seria a necessidade absoluta de intervi
radicalmente na rede de abastecimento que estava cheia de problemas. Eu sei que já se fez algum trabalho
de intervenção, mas continuamos a ter problemas e, muitos e, nós verificamos todos os dias nas nossas casas
Esta verba, também me parece insuficiente, tendo em conta até, a receita proveniente do aumento da água."
Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: "Muito já se falou sobre o orçamento. Não
vou referir nenhuma questão técnica, até porque foi referido que obedece tecnicamente ao que é exigido por
lei. Fico com aquilo que, quer o Senhor Presidente, quer quem me precedeu falou e, parece que este
orçamento está a atuar em áreas estratégicas do nosso Município e, até inclusive, elas foram lidas
Começámos pela promoção e criação do emprego; educação de excelência e, há aqui um grande
enfoque na educação que também me apraz registar
Na promoção e valorização da economia local; inovação competitividade e modernização
administrativa; valorização do Concelho e dos produtos endógenos; valorização do património material e
imaterial com criação de novos roteiros turísticos e pontos de visitação do Concelho, aposta no bem-esta
dos cidadãos. São as grandes áreas. Foi dito que este orçamento era eleitoralista. Eu acho que estamos muito
longe das próximas eleições, para estarmos num orçamento que esteja a pensar em próximas eleições. É
evidente que é um instrumento político. Tem que ser. Não é eleitoralista, mas responde e faz eco das
promessas eleitorais que foram feitas e, nas quais os cidadãos deste Concelho acreditaram e que esperam
que sejam cumpridas
Claro que não serão cumpridas na totalidade, nem no 1.º ano, nem da maneira que se quer que seja
logo de imediato. Primeiro porque nós nunca ficamos satisfeitos. Se eu pudesse gastar 1000, porque é que
iria gastar 100? O problema é que nós não temos 1000, se calhar nem 100. O problema é que isso já foi cá
reforçado e, portanto, este orçamento está sujeito efetivamente a uma dívida que existe e que não deixa, se
calhar fazer os projetos ou, fazer tudo aquilo que eu acredito que o Executivo e, nomeadamente, o Senhoi
Presidente que o representa gostaria de fazer, no entanto, os primeiros passos estão a ser dados. Acredito
que não seja o orçamento da oposição. Precisamente por isso é que são oposição, como outras alturas,

quando eu estive na oposição, também não eram os meus. Porquê? Porque temos projetos diferentes,
maneiras de cumprir as nossas promessas/projetos de maneira diferente. No entanto, temos aqui um
orçamento, como já foi dito, transparente, é de rigor, realista dentro do possível, face à divida e, até já com a
nuance que poderá ser alvo de alguma alteração por causa da mesma dívida. Falou-se aqui tanto das
associações, clubes e este orçamento, reforça o apoio com despesas de capital às associações, aos clubes
desportivos, às juntas de freguesia, isso vai ser visto já de seguida, portanto, a verdade é que isto está a ser
feito. A minha mãe gosta muito de ditados populares e, um que ela muitas vezes diz é que "Roma e Pavia,
não se fizeram num dia" e, nós temos de ir aos poucos cumprindo aquilo que foi prometido e, se há coisa que
toda a gente notou, se apercebeu e aprendeu é que as promessas que o Senhor Presidente da Câmara faz,
ele cumpre. Aquelas que ele não pode cumprir, não faz e, portanto, está a dar cumprimento às promessas
que fez, dentro da disponibilidade que tem
É o que me apraz dizer nesta altura. Isto é um documento político reflete as políticas da maioria que
governa este Concelho com áreas que são fundamentais para o desenvolvimento, para o bem-estar do
Concelho e dos seus munícipes e, se foram aqui faladas algumas festas, eu não quero falar de festas, mas
relembro que são alguns dos festivais, alguns dos eventos culturais, que estão a dar visibilidade ao Concelho
de Montemor-o-Velho e, com essa visibilidade ao turismo, ao desenvolvimento do comércio e a tudo aquilo
que trás esse desenvolvimento cultural e, portanto, se calhar em vez de pensarmos em festas e romarias,
vamos pensar em que é este desenvolvimento cultural, também trás de tão fundamental ao nosso Concelho,
nomeadamente na sua visibilidade, não só nacional, como até internacional em alguns casos
Por tudo aquilo que foi dito, claro que iremos votar favoravelmente este orçamento."
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Eu confesso que tive alguma dificuldade em entender
algumas das questões que foram levantadas e, eu essas dificuldades nem sequer as entendi, nem sequer
posso responder
Quanto às questões relacionadas com as famílias de etnia cigana, nós temos vindo a ajudar naquilo
que podemos e naquilo que entendemos que é necessário. Projetos mais alargados, também têm que ser
destinados num princípio de igualdade e, aqui gostaria que fosse destacada esta posição, porque enquanto
houver famílias, no mesmo pé de igualdade de pessoas de etnia cigana, são tratados por igual, portanto, não
há aqui etnias, são todos tratados por igual e nós temos muita pobreza e muitas situações onde intervir, para
além das famílias de etnia cigana
Infelizmente, para nós, é uma realidade no Concelho e, por isso, nós vemos, temos um Regulamento
de Emergência Social, que foi criado no Executivo anterior e que apoia e ajuda muitas pessoas. Eu ainda quero
ir mais longe, aliás essas verbas foram reforçadas, queremos ir mais longe, para intervir ainda mais de perto
em todas as famílias, incluindo as de etnia cigana

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

----- Quanto à questão do elevador, como disse a Senhora deputada Celeste, é um elementar direito daqueles que têm mobilidade reduzida o acesso à nossa Assembleia Municipal, às reuniões da Assembleia Municipal e o acesso às reuniões de Câmara que se fazem no primeiro andar e, portanto, no hall que está ali fora, estamos a pensar fazer um elevador que é uma obra que devia ter sido feita há muitos anos e que nós pensamos fazer. Eu aqui quero dizer e repetir uma coisa, eu digo e repito e sublinho e reitero a minha posição anterior: este orçamento enquanto estiver influenciado pelo saneamento de 2009, só pode ser um instrumento meramente previsional e não no domínio do Senhor Presidente da Câmara e do Executivo, porque efetivamente nós não temos o demónio efetivo, ainda não temos a independência de poder gerir os nossos próprios recursos. Efetivamente, com cerca de três milhões e quatrocentos mil euros, resultantes desses empréstimos, nenhuma dívida foi contraída no mandato anterior, nenhuma dívida foi contraída neste mandato. Enquanto nós tivermos essas dívidas, nos não temos o domínio sobre as contas, sobre o orçamento, sobre o que quer que seja. Porquê? Porque efetivamente temos que pagar essas dívidas e, essas dívidas não podem deixar de se pagar, podem-se renegociar, pode-se protelar o seu pagamento, mas, não se pode deixar de equacionar em orçamento e, portanto, este orçamento é um mero instrumento financeiro que irá sofrer e, sublinho, alterações. E, porque irá sofrer alterações, há obras que queremos já fazer em 2018, podem não ser feitas, mas eu, a seu devido tempo direi. Agora, que temos vontade e queremos fazer e, queremos dar início a essas obras e início a esses projetos, eles estão aqui abertos para se dar início aos mesmos.---------- Por isso mesmo, não há e irei negociar com os Senhores Presidentes de Junta, as estradas que têm prioridade, não sei se irão ser feitas aquelas que eles querem, nós iremos também com os nossos Serviços Técnicos, tentar consensualizar quais são as estradas que têm maior prioridade de intervenção, com os nossos técnicos a avalizarem, nós iremos intervir. Eu pergunto ao Chefe de Unidade se há dinheiro e conforto, ele dáme conforto, pode-se avançar. É assim que é gerido este tipo de processo. Também dizer aqui que o orçamento não é nenhum projeto de arquitetura, eu não vou descrever no orçamento se tem duas ou três salas, o que resulta aqui é de uma estimativa de custos que os Serviços me dão para a obra que se pretende. Se são duas salas mais uma sala de espera para o JI de Pereira, que será feito no espaço da Escola, que já existe, como o de Meãs que será no prolongamento do que já existe. Estamos a legalizar o espaço em colaboração com o Senhor Presidente da Junta, porque infelizmente, o espaço não estava legalizado. Estes projetos que são financiados, foram financiamentos que eu consegui negociar na CIM-RC, são financiados a 85%, portanto, a resposta está dada. ----------- Quanto à questão da aquisição de viaturas, eu não percebi. Eu vou-lhe dizer uma coisa, senhora deputada Ana Cristina Jorge, para perceber, nós precisamos de uma motoniveladora, pergunte a qualquer Presidente de Junta se não é a máquina mais importante da Câmara. A nossa está completamente "desgraçada" e, foi a única máquina que nós não compramos no Executivo anterior. Uma máquina dessas,

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

nova, custa mais de 300.000€. Usada e numa situação de oportunidade, custa 100.000€ e, portanto, dar-lhe nota que nós não podemos comprar se não estiver previsto. Mais, há viaturas que foram recuperadas e que poderão atingir fim de vida e, portanto, podem ter que ser substituídas. Portanto, não estão lá previstos 100.000€ para viaturas. Estão 50.000€ para a DAOM e 50.000€ para a Proteção Civil e, portanto, são coisas completamente diferentes. Para a Proteção Civil prevemos comprar viaturas ligeiras porque aquelas que temos são muito antigas e, são viaturas todo-o-terreno que têm que estar em condições de excelência porque não podem parar no meio dos incêndios, não podem parar no meio das cheias e, portanto, nós temos que provavelmente substituir aquelas que temos. Aquelas que temos, não vão ser abatidas, vão servir para primeira intervenção nos terrenos do Concelho. São esses os nossos projetos.----------- Quanto a viaturas na DAOM, nós não sabemos aquelas que vão ter que ser abatidas e, portanto, nós temos que fazer uma previsão de substituição e, estou-lhe a dizer que precisamos urgentemente, ainda a queria comprar este ano, porque tenho o conforto do Chefe de Unidade, a motoniveladora, mas não esta a ser possível, dado o preço que me estão a pedir pela mesma, mesmo usada.----------- Quanto à Torre de Chegada, é financiada pela Fundação do Desporto, há um protocolo que consta da ----- A piscina de Arazede é uma promessa eleitoral deste Executivo, do Senhor Presidente da Junta atual, dos candidatos. É um equipamento que me foi sinalizado já há muito tempo, mesmo antes das eleições pelo atual Presidente de Junta que era o anterior e, eu também sou sensível a essa reivindicação. Aquilo que me foi dito e, aquilo que eu estou disponível para estudar e equacionar e, como eu digo, isto é um documento de previsão, não quer dizer que se faça já em 2018, mas vai-se fazer seguramente neste mandato. É verdade, se não houver dinheiro não se faz, vão-me perdoar. Aquilo que está previsto com o Senhor Presidente de Junta, é fazer uma piscina de lazer idêntica à da Carapinheira, mas iremos estudar onde. Nós já sabemos, só não quero estar aqui a dizer. Eu e o Senhor Presidente de Junta, já equacionamos o local. --------------- Desculpe, Senhor Presidente, eu não faço isto aos Senhores deputados, eu recuso-me a responder." ----- Usou da palavra o PMAM que disse: "Eu sei Senhor Presidente, nem todos temos a mesma forma de atuação e eu peço, realmente, aos Senhores deputados municipais que, de facto, quando o Senhor Presidente da Câmara, ou qualquer outro membro fala, não façam intervenções independentemente daquilo que seja de apoio ou de desaprovação, porque necessariamente corta aquilo que é o raciocínio de cada um, mas sobretudo corta, acho eu, o relacionamento que todos queremos quando estamos a falar." ------------ Retomou a palavra o PCM que disse: "Quanto à questão da Rede de Abastecimento de Água, nós o ano passado, gastamos mais de meio milhão de euros na rede de abastecimento de água, nas infraestruturas da água. No outro ano a mesma coisa. Este ano temos em previsão 400.00€ e, de certeza que vamos ultrapassar esse valor, porque é o normal e, portanto há medida das necessidades, nós iremos continuar a

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

fazer o trabalho que se impõe e, portanto não há aumento da água que resista a estes montantes de investimento, porque isto é só investimento puro e duro, porque não estamos a falar das ruturas, não estamos a falar da mão-de-obra, não estamos a falar do custo de toda a operação, porque o custo da operação é muito maior, a água esta equilibrada e, portanto há só ali um pequeno desajuste no saneamento que está a 75% e poderá ser ajustado com a Intermunicipal também, mas que não resultará em aumentos notórios na fatura. Há ali um pequeno ajuste que poderá ter de ser feito, que tem a ver com o cumprimento da legislação em vigor e das diretivas da ERSAR e, portanto, aqui, nada a dizer sobre isto. Nós quando aumentamos a água, tínhamos perfeita consciência que iriamos fazer um trabalho de recuperação de toda a rede, por forma a não ter que aumentar. Este ajuste, se tiver que ser feito com a intermunicipal, ou mesmo antes de entrar na intermunicipal, porque o Município de Montemor não quer ter que subsidiar a intermunicipal, se tiver que fazer esse ajuste para cumprir a Lei, é um ajuste que não tem impacto na fatura, são cêntimos, não faz mossa, mas, poderá acontecer ter que se fazer esse ajuste.---------- De resto, não há aumento de água que resista a este montante de investimento que nós estamos a fazer ao longo de todos estes anos. Perdoe-me Senhora deputada Celeste, eu sei, compreendo que seja uma bandeira política, mas nós somos responsáveis e, vou-lhe dizer outra coisa: nós não deixamos de investir na água, mesmo sabendo que vamos fazer uma intermunicipal e, é um erro brutal posso dizer-vos já, porque esse investimento não vai ser respeitado pela intermunicipal ou seja, quando nós nos formarmos em intermunicipal, vale zero esse investimento, mas eu não deixei de o fazer e, vou-vos dizer mais, nós estamos neste momento a iniciar a recuperação da conduta adutora do Brulho, porque efetivamente causa ali aqueles cortes de água em Verride, Vila Nova da Barca e Abrunheira, que é uma adutora que já devia ter sido substituída há muitos anos e, portanto, vai ser agora substituída, e são cerca de 100.000€, que nós vamos gastar e que na Intermunicipal vai valer zero, mas nós privilegiamos a qualidade de vida dos nossos munícipes e, como sabemos que, provavelmente, na intermunicipal ela não é logo substituída, nós estamos a fazê-lo. Como há duas obras que também queremos fazer, que é o furo de São Tiago, que temos a expropriação por utilidade pública urgente e, também o novo furo de Abrunheira, que também estamos a preparar esse procedimento e, uma mini ETA para tratamento das águas que abastecem Abrunheira, Vila Nova da Barca, Verride e Abrunheira e, portanto, não deixamos de fazer este investimento que é brutal e que vai valer zero na intermunicipal, mas nós queremos deixar os nossos munícipes com condições mínimas. Na intermunicipal, nós sabemos que vão ter que atacar coisas urgentes num maior território e nós não queremos arriscar e queremos que estas obras figuem feitas e, portanto, este investimento vai continuar a fazer-se. ------------- Dar nota de que a escola da Carapinheira vai ter uma intervenção de manutenção, não é de reconstrução, eu estou-me a referir à EB1 da Carapinheira, porque a EB 2,3 não é da Câmara Municipal. ---------- O que consta na rúbrica do orçamento são pequenas obras de readaptação e adaptação que tem a

ver possivelmente, com a nossa envolvente
A deputada Celeste Duarte não pode pedir que a Câmara Municipal faça obras em nome do Ministério
da Educação. O Orçamento é tão curto para as nossas competências, quanto mais ainda fazer as obras da
APA, as obras do Ministério da Educação, as obras do ICNF. Não vale a pena!
Estas obras são acordadas, é um projeto que está aí de recuperação de envolvente, são obras de
$manuten \\ \varsigma \\ \~ao. \\$
Quanto à questão da floresta, uma lástima absoluta. É verdade e, se a deputada Celeste, que eu
acredito que sim, teve o coração nas mãos, eu estive no meio das florestas, com o coração e com o meu corpo
e o corpo das pessoas que estavam ao meu lado nas mãos. Porque efetivamente, há aqui uma nota que eu
quero dar: os particulares estão notificados pelo Eng.º Hélder Araújo, o nosso comandante da Proteção Civil,
nosso coordenador, estão notificadas para fazerem aquilo que lhes é devido, e não fazem limpeza. Aliás os
grandes incêndios de Pedrógão e do Norte do Distrito, só tiveram as consequências que tiveram porque
efetivamente a floresta não estava cuidada, mesmo nas matas nacionais, infelizmente, houve uma redução
de postos de trabalho e de zeladores que determinaram que as mesmas florestas nas matas nacionais não
tivessem cuidadas e, é um processo que vem de há muitos anos e, portanto, nós sabemos disto, aquela verba
que nós temos prevista é para limpeza de verbas, nós sabemos que vai sair legislação sobre isto e nós, Câmara
Municipal, vamos ter que fazer intervenção em todo o Concelho e tem que haver verbas para isso, pelo menos
para a comparticipação privada da Câmara Municipal e é essa a nossa esperança
O orçamento é um mero instrumento previsional, nós não sabemos quando é que vamos receber
aqui, mas estamos a dotar uma verba que pensamos nós, ser suficiente para comparticipar essas
intervenções, tanto nas verbas dos caminhos municipais, estradas municipais e não só e, também nos
terrenos que tiverem que sofrer intervenção e, nessa perspetiva, nós temos que dotar de verbas
Só dar nota que os JI's são financiados. O projeto educativo do insucesso escolar também é
financiado. Relativamente às obras no edifício, nós iniciámos a recuperação deste edifício que queremos
terminar, ate inclusivamente dar melhores condições nesta sala, que é a sala mais nobre desta casa,
nomeadamente no Verão. Nós queremos dotar esta sala das condições para que na sessão solene, não
estejamos todos aqui de fato e gravata e as senhoras com os seus belos vestidos, completamente ensopados
em suor de calor, pelo calor que aqui se sofre. Nós queremos concluir, como já devem ter reparado, todo o
edifício já está recuperado do ponto de vista energético, tem iluminação LED, já tem ar condicionado em
alguns gabinetes, foi todo recuperado do ponto de vista da rede de cablagem e, como foi retirada a cablagem,
temos que reparar as paredes para que elas não fiquem no estado em que estão. As pessoas vêm aqui e
criticam-nos porque temos as paredes cheias de buracos e, esse é um processo que tem que ser concluído e,
penso que fui respondendo a tudo."

Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes	30 membros da AM, realizou-se a
votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conform	ne listagem das votações que a seguir
se indica:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	Contra
António Monteiro Saltão	Contra
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	Contra
Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	Contra
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Contra
Francisco José Couceiro Nobre	Contra
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
José António Pecegueiro Ferreira Serrano	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	Contra
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	Contra
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	Contra
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Eusébio Ramos Sousa Campos	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Vasco Gonçalo Sousa Martins	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor

António Correia Pardal Bispo	A Favor
Declaração de Voto da CDU	
	para 2018-2021 é
absolutamente consensual, muito aprazível para os nossos ouvidos, sem dúvida. No entai	nto lido atentamente
percebemos desde logo que os cerca de 38.000.000€ a investir e cito: nas pessoas, na su	a qualidade de vida,
na sua segurança, no seu crescimento intelectual, no seu conforto, na sua afirmação en	quanto comunidade,
na coesão do território tão heterogéneo e diversificado, tão desafiante quanto belo" e cite	i, não correspondem
à realidade, pois como se sabe, há aqui cerca de 15.000.000€ que se destinam à restrutu	ıração da dívida, tão
referida aqui hoje, pouco mais de 13.000.000€ são despesa corrente, sobrando de fac	to, pouco menos de
10.000.000€ para investimento	
Trata-se de um orçamento, na linha dos do ultimo mandato, procurando gerir a	dívida do Município
numa espécie de navegação à vista, com os olhos postos nas próximas eleições	
Esta estratégia resultou, pode continuar a resultar, mas não é amiga do Concelho	de Montemor. Dizer
que está tudo mal. Que não há obras e propostas com interesse, não seria justo nem v	verdadeiro, estranho
seria se, depois de tanto dinheiro gasto, nada se aproveitasse. São opções de quem leg	itimamente tem nas
mãos a responsabilidade de gerir o Município é certo, no entanto, na opinião da CDU,	este documento não
corresponde às grandes necessidades deste Concelho e mais uma vez não inverte o cam	inho que vem sendo
traçado há décadas e que nos trouxe até aqui	
Não vislumbramos uma verdadeira estratégia de desenvolvimento, tão necessár	io e que tanto tarda.
Não encontramos uma única medida que verdadeiramente incentive a fixaçã	o das pessoas ou a
atração de novas gentes para as nossas terras, vilas e aldeias, cada vez mais desertificad	las
Os nossos jovens vão partindo levando consigo saberes e capacidades que go	stariam de usar em
proveito da sua terra e do seu país	
Não há uma estratégia de criação de emprego que não seja aquele a que corre	esponde o miserável
salário mínimo nacional que a todos nós devia, deve envergonhar e que não permite aos i	าossos jovens sonhar
com uma vida melhor e mais feliz	
Entende a CDU que não é desta forma, com o emprego precário, com salários	muito baixos que se
promove o real desenvolvimento social, económico e cultural	
No referido preâmbulo fala-se e bem, na coesão do território, mas não há u	ma palavra sobre a
necessidade absoluta de criar uma ligação digna desse nome e o Senhor Presidente refer	iu há bocadinho, que
as ligações entre o Concelho e Pereira e Santo Varão são caminhos agrícolas e digo ent	ão que, não há uma
palavra sobre a importância fundamental de criar uma ligação digna desse nome das	Freguesias de Santo
Varão e Pereira à sua sede do Concelho. Há muito tempo, também que se fala da nece	ssidade de construir

uma nova travessia do Rio Mondego que sirva a União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova do
Barca. Eu sei que isto são atribuições do Governo, naturalmente que são, mas tem que haver propostas, tem
que haver estudos, tem que haver fundamentação para que a obra algum dia cá chegue. Esta obra, um dia
será, um real fator de desenvolvimento para aquela zona e para o nosso Concelho. Sobre isto, nem umo
palavra. Nem uma palavra ainda sobre projetos de desenvolvimento económico para as Freguesias não
abrangidas pelos Parque de Negócios de Montemor-o-Velho e Parque Logístico e Industrial de Arazede
São grandes opções do plano? Eu diria, são opções do plano
Assim, a CDU, vota contra a proposta de Orçamento para 2018 e as Grandes Opções do Plano para
2018-2021."
Usou da palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que disse
"É com agrado que vejo que o Senhor Presidente da Câmara entrou agora na sala, porque senão também não
leria a nossa declaração de voto se não estivesse o Senhor Presidente da Câmara ou alguém que o
substituísse, porque entendo que tem que haver respeito e tem que ser mútuo."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Muito obrigado Senhora deputada Maria João Sobreiro, mas
responde o Senhor Presidente da Assembleia, porquanto para mim, a Câmara é representada pelo Senhor
Presidente de Câmara e se reparar, na última Assembleia Municipal só estava presente o Senhor Vereado
Aurélio Rocha que representou a Câmara e ao qual eu lhe pedi, se a Senhora Chefe de Divisão podia continuar
Portanto, para mim, a Câmara é representada pelo Senhor Presidente da Câmara e, depois pelos Vereadores
que se seguem. Portanto, eu tinha três vereadores, curiosamente da sua bancada, que na minha opinião
representam tão bem a Câmara quanto o Senhor Presidente da Câmara
Retomou a palavra o membro Maria João Sobreiro (Coligação por Montemor Tudo e Sempre) que
disse: "Senhor Presidente, é a sua opinião, mas isto é uma declaração de voto do orçamento do Executivo
Municipal, que por acaso é do Partido Socialista e, portanto, acho que deviam estar aqui os membros que o
compõem e o representam
Declaração de Voto da Bancada da Coligação "Por Montemor Tudo e Sempre" (PPD/PSD-CDS/PP)-
"A Bancada da COLIGAÇÃO "Por Montemor Tudo e Sempre" (PPD/PSD – CDS/PP), através do seu
membro Maria João Sobreiro, vota contra a proposta de orçamento para 2018 e grandes opções do planc
2018- 2021, pelos seguintes motivos:
1º Não existe ainda uma resposta do Tribunal de Contas para a Substituição do Plano de Saneamento
Financeiro em vigor, situação esta que tem graves e profundas implicações, o que impede este orçamento de
retratar a realidade da situação financeira do município
2º A questão da tão proclamada dívida, parece que desapareceu, pois, o Sr. Presidente no seu discurso
de tomada de posse, disse "A dívida está paga!", por isso podemos ficar descansados que este já não é um

problema para o município apesar de no dia de hoje, nesta sessão dizer o contrário, " Mudam-se os tempos
mudam-se as vontades"
3º Acontece que, como diz o ditado "Para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve"
é isso que retiramos do orçamento, não verificamos uma linha estratégica no orçamento de 2018 e na
Grandes Opções do Plano. Neste documento, o mais importante para qualquer Município, deveria esta
espelhado uma estratégia e opções políticas direcionadas para um concelho cada vez mais dinâmico
proactivo, com fixação de pessoas e oportunidades de emprego
4º A título de exemplo o valor alocado à agua, considera-se substancialmente parco, tendo em cont
os aumentos das suas taxas e os recorrentes problemas que têm existido, e que existem em alguma
freguesias que são altamente fustigadas com a falta de água frequentes devido a constantes roturas, aliá
como se pode ver nos dados da informação escrita do Sr. Presidente que veio a esta reunião, contudo não s
vislumbra uma lógica de resolução do problema, mas sim pequenas reparações, pequenas obras, que de fact
não vão resolver a questão de fundo
5º Sobre o orçamento participativo, o que temos?? Também não se vislumbra neste orçamento verba
alocadas a esta matéria, apesar de ter sido uma bandeira e uma promessa amplamente difundida na su
campanha eleitoral
6º No que diz respeito às obras e intervenções que o executivo se propõe fazer, continuamos a ver qu
são pensadas avulsamente desconectadas de qualquer estratégia e de visão de futuro, que podem dar origen
a problemas da sua própria sustentabilidade
7º Mas! Já no que diz respeito ao valor atribuído para as festas, aí não há grande contenção, est
executivo gosta de festas e romarias, demonstrando uma vez mais, a sua lógica eleitoralista que já no
habituou
8º Verificamos um vazio de novas ideias e soluções para um Concelho que desejamos melhor, onde a
famílias vivam, com menos impostos, diretos e indiretos, o que não se tem verificado, nem se verificará, pois
a água, o IMI, o IRS e a Derrama ficarão longe do que defendemos, continuando a penalizar os contribuinte
deste Concelho
9º Não percebemos, o facto do quadro comunitário estar em vigor já a algum tempo e só decorrido
4 anos se verificam mais candidaturas, numa fase tão tardia de execução do mesmo
10º Como pretende o Executivo dar apoio aos jovens empreendedores e a todo o tecido empresario
que são um todo de desenvolvimento fulcral para o concelho?
11º Não vislumbramos qualquer possibilidade de captação e fixação de empresas no território
Concelhio, que atribuam postos efetivos de trabalho, que deem respostas aos munícipes nessa matéria, num
visão de futuro e de estratégia de médio e longo prazo, mais quando o executivo tem oportunidade de reduzi

a taxa da derrama não o faz. Quais são as políticas de emprego que pretende desenvolver para o concelho?
Acresce ainda,
12º A diminuta aposta na promoção turística do concelho, quer da divulgação do que temos de bom
do património histórico, gastronómico e todas as infraestruturas existentes. Estratégia não sabemos se
existirá. Com o documento apresentado não conseguimos perceber que ideias, qual a estratégia do município
nesta matéria
13º Contudo, ficamos contentes em verificar o aumento dos apoios às Juntas de Freguesia e ac
Associativismo Cultural e Desportivo, que foi amplamente reivindicada pela nossa bancada nos últimos a
anos, mas é necessário que exista uma estratégia concertada entre os agentes envolvidos de modo a que
estes apoios se verifiquem na prática, pois esta nova introdução das transferências de capital, pode ser un
entrave, pela burocracia e complexidade técnica que lhe está subjacente, esperemos que as verbas alocada
sejam de facto transferidas, e não sejam uma forma de o município dar com uma mão e tirar com a outra
mas a seu tempo veremos
14º Não se vislumbram políticas de desenvolvimento de médio e longo prazo integradas o
integradoras, assentes numa cultura de planeamento e de ordenamento do território interligadas com o
componente, profissional, cultural e social. Este orçamento apresenta falta de estratégia global, de visão
futura, rumo e principalmente falta de confiança e credibilidade
Para este executivo o mais importante é a estratégia eleitoralista, conforme podemos verificar neste
documento
Continuamos a ter soluções esporádicas, de resolução de problemas avulso e sem visão de futuro
num concelho onde a fixação de pessoas e empresas não é importante para o executivo
Contudo esta bancada não abdicará de batalhar para que este concelho tenha um crescimento e
desenvolvimento sustentado, sempre com o objetivo na melhoria da qualidade de vida para os nosso.
munícipes."
Declaração de Voto do PJF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal
"Eu votei a favor porque represento a minha Freguesia de Montemor-o-Velho e Gatões ao qual fu
eleito democraticamente e, querendo eu muito mais, se calhar como todos nós Presidentes de Junta para a
suas Freguesias. Não posso deixar de reconhecer que esta Freguesia foi bem contemplada neste Orçamento
para 2018. Eu não posso ser hipócrita na questão de analisar aquilo que vai para a minha Freguesia. Repito
mais uma vez, eu só estou a representar a minha Freguesia de Montemor-o-Velho e Gatões
Em relação ao aumento para os acordos de execução com as Juntas de Freguesia, em que as Juntas
estão todas a ser contempladas, será a seguir, mas uma vez que estou a falar agora, não deixarei de votar o
favor."

A AM tomou conhecimento	
Ponto 4. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Mapa de Pesso	oal do Município de
Montemor-o-Velho para 2018	
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Senhor Presidente, dar-lhe nota	que corroboro a sua
posição assumida anteriormente. O Executivo é constituído por sete elementos e tenho	muita honra e muito
gosto em ser representado por qualquer um deles, independentemente da força partida	ária que representem
Não me cai nenhum pedaço. Essa é a minha posição em relação à posição que assumiu	
Por outro lado, dar nota que eu consigo ler as declarações de voto à posteriori	e, portanto, elas nem
sequer sofrem modificações, mesmo com os esclarecimentos que eu dou, que são	esclarecimentos até
técnicos e muitos precisos. Elas já vêm escritas e mantém-se escritas e, portanto, só da	ar nota disso, porque
parece pertinente dizê-lo aqui	
Em relação ao mapa de pessoal, não há aumento do número de trabalhadores, d	le postos de trabalho,
há sim fazer circular os postos de trabalho existentes entre as várias divisões e unidades	s, de forma a otimizar
os Serviços, ou seja, nós não prevemos nenhum aumento de trabalhadores, aqu	uilo que fazemos é,
efetivamente, esses pequenos ajustes e, é disso que se trata, é isso que se apresenta. Sa	ão 199 trabalhadores
efetivos que existem em CTI e CTD e, basicamente é o que me apraz dizer sobre o n	napa de pessoal. São
pequenos ajustes de forma a garantir a eficiência dos Serviços."	
Pediu a palavra o membro Lídia Pagaimo (Coligação por Montemor Tudo e	Sempre) que disse:
"Relativamente ao mapa de pessoal do Município, a bancada da Coligação por Monte	mor Tudo e Sempre,
PPD/PSD-CDS/PP irá abster-se na votação, sendo que de acordo com o artigo 28.º do Ar	nexo à Lei 35/2014 de
20 de junho, a gestão dos recursos humanos do Município é da responsabilidade do E	Executivo, devendo o
mesmo geri-lo como melhor julgar.	
Certos de que tem consciência da necessidade destas estruturas, quem tem c	papel do gestor, de
facto é uma estrutura pesada, com muitos encargos para o Município	
Neste sentido, a bancada da Coligação deseja que o Executivo promova uma	gestão adequada e,
como o Senhor Presidente ainda agora referiu, com otimização dos recursos humanos, se	empre com o objetivo
de prestar o melhor serviço aos munícipes de Montemor-o-Velho."	
Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 26 membros o	da AM, realizou-se a
votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das	votações que a seguir
se indica:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	Abstenção

Carlos Lucas Correia	A Favor
António Monteiro Saltão	- Abstenção
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	· A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	· A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	- Abstenção
Telma Margarida Neves Simões	· A Favor
António Augusto Santos Torres	- Abstenção
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	- Abstenção
Francisco José Couceiro Nobre	- Abstenção
Fernando Pereira Nunes Curto	- A Favor
Maria João Batista Sobreiro	Abstenção
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	- Abstenção
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	- Abstenção
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Carlos António Cristino Alves	- A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento	
Ponto 5. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo	de Execução de
Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta	de Freguesia de
Arazede	
Usou da palavra o PMAM que disse: "Antes de entrarmos propriamente neste po	nto da Ordem de
Trabalhos, se a Assembleia assim o entender, eu ia usar a seguinte metodologia. Iriamos fazo	er a discussão dos
pontos 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, porquanto eu diria que a substância é a mesma	a, porque se trata
dos Acordos de Execução e Delegações de Competências com as diferentes Juntas de Fregu	iesia ou União de
Freguesia. Portanto, eu abria a discussão no ponto 5. para a discussão genérica e, depois a vo	tação, que temos

que fazer individualmente, seguir-se-ia logo de imediato	
Pediu a palavra o PJF de Carapinheira, Victor Monteiro que disse: "Com vista à celebração dos acordo	วร
de execução foi encetado um estudo prévio e encetadas as negociações com as Freguesias do noss	О
Concelho	
Na sequência do estudo levado a cabo pelos Serviços competentes do Município, com o auxílio da	as
informações fornecidas por cada freguesia, concluiu-se que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é	o
exercício das competências devidamente discriminadas no acordo de execução de cada Freguesia, send	0
estas acompanhadas dos apoios financeiros específicos, dos recursos humanos e materiais necessários	
Convém referir que a atribuição dos apoios financeiros resulta dos valores introduzidos respeitante	35
a cada Freguesia na fórmula matemática encontrada no referido estudo prévio e, que o exercício desta	as.
competências pelas Freguesias não determina o aumento da despesa pública global em orçamento, promov	'nе
sim o aumento da eficiência da gestão e ganhos de recursos pelas partes envolvidas, concretizando tambér	n
uma boa articulação entre o Município e as Freguesias. Em resumo, as competências delegadas em cad	la
Freguesia são:	
a) gestão e manutenção de espaços verdes	
b) limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros	
c) manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano (com exceção daquele que seja objet	:0
de concessão)	
d) realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação, pré-escolar e do 1.º Cicl	lo
do Ensino Básico	
e) manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior	
Meus amigos, os acordos sujeitos hoje a deliberação, têm um significado importante porquanto, pes	e
embora não sendo ainda os desejáveis, são, todavia, manifestamente razoáveis	
De facto, denotam por parte do Executivo uma atenção especial, de interesse e bom senso, en	n
melhorar as condições nas Juntas de Freguesia, considerando que efetivamente se verifica um aument	:0
significativo das verbas a atribuir e dos meios a disponibilizar	
Os valores atribuídos hoje, acrescem em cerca de 46,2% os valores dos acordos anteriores, que s	e
concretiza em termos reais de 195.000€, para 285,000€	
É certo que os 120.000€ deste montante serão atribuídos na rúbrica de "despesas de capital" par	ra
aplicar em bens de investimento, o que pessoalmente me parece uma excelente medida	
Louva-se por isso a postura do executivo nesta matéria."	
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Sobr	e
este ponto da Ordem da Trabalhos, a bancada da Coligação congratula-se pelo aumento que está a ser dad	О

às Juntas de Freguesias e vai votar favoravelmente. Contudo, não queria deixar de deixar aqui um alerta por
esta introdução da figura das despesas de capital, que vem plasmada nos Acordos de Execução, na cláusula
4.ª, pois parece-nos que, como disse na declaração de voto, exige aqui muita complexidade e alguns
conhecimentos técnicos e, de facto, o que nós entendemos é que haja uma articulação e um apoio por parte
do Executivo em algumas dificuldades que as Juntas, possam de facto ter, para que estas não fiquem privadas
de receber estas receitas. Unicamente isso."
Pediu a palavra o membro Celeste Duarte (CDU) que disse: "Fico algo perplexa, sendo que o
Presidente da Junta de Freguesia da Carapinheira deu a ideia que falou por todas as Juntas. O Senhor
Presidente da Junta de Montemor, também mostrou o seu entusiasmo e, fico algo perplexa com isso. Eu
reconheço aqui uma melhoria, não haja dúvida, vi os números reconheço, no entanto, tendo em conta as
obrigações, as solicitações, as tantas necessidades das Freguesias eu, este entusiasmo, deixa-me de facto, um
bocadinho perplexa
Apesar desta melhoria, entende a CDU que os meios disponíveis para as funções que têm as Juntas
de Freguesias, continuam a ser manifestamente insuficientes e, por essa razão eu até me apetecia votar
contra, mas perante este entusiamo, eu vou optar pela abstenção e, espero mesmo que os Senhores
Presidentes de Junta, no decorrer deste ano continuem a ter este entusiamo e, principalmente no final dele.
Tenho dúvidas, mas vamos ver."
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Eu queria dar uma nota de esclarecimento, até em função
de alguma incongruência das intervenções. Porquanto, as Juntas de Freguesia estão sujeitas aos mesmos
códigos e às mesmas normas de contratação e aos mesmos procedimentos que a Câmara Municipal está
sujeita e, portanto, decorre da Lei, tudo aquilo que está escrito aí de alertas às Juntas de Freguesia. Aquilo
que nós queremos fazer, até é pedagogicamente correto, nós estamos disponíveis, a Dr.ª Andreia, a outra
jurista que está disponível neste momento, dá apoio às Juntas de Freguesia e, por isso, a deputada Celeste
percebe alguma conivência ou cumplicidade entre os Presidentes de Junta e o Executivo Camarário, porque
nós não estamos aqui para dificultar a vida a ninguém. Nós sabemos que os autarcas, os Senhores Presidentes
de Junta estão ali até muitas vezes, a tirar do seu tempo e da sua vida pessoal, para dar o seu contributo às
Juntas de Freguesia e, têm da parte deste Executivo o apoio incondicional dos nossos Serviços. Aliás, eu vou-
vos confessar uma coisa: eu pedi aos Senhores Presidentes de Junta na última reunião de Juntas, que não me
ocupassem tanto as Juristas, porque eu preciso delas e, então estabeleceu-se até um dia para atendimento
só para as Juntas, porque efetivamente as Juristas quando eu precisava delas para resolver os problemas da
Câmara, estavam a resolver problemas das Juntas e, isto tem sido uma situação que me deixou algum
incómodo e, portanto não é verdade que nós deixemos estas pessoas desamparadas
Segunda nota que me parece importante é de que o que está aqui em causa, é um ajuste direto. São

ajustes diretos que são feitos por consulta, por e-mail, são feitos de uma forma simples até 20.000€. Portanto,
com o novo código da contratação, ate 20.000€ é um ajuste direto. Coisa mais simples do mundo que todos
os Presidentes de Junta têm que fazer. O que é que vai acontecer? Se calhar, se algum Presidente de Junta
estiver a fazer mal o procedimento, nós vamos detetar, vamos ajudar e vamos colaborar. Estes acordos até
têm esse sentido pedagógico
Última nota, tudo o que está aqui escrito e consta dos Acordos de Execução deriva da Lei e, todos os
Senhores Presidentes de Junta têm que conhecer a Lei e têm que cumprir a Lei, como a Câmara têm que
cumprir a Lei. Aliás, nós até estamos a detetar essas dificuldades e, até estamos de certa forma, percebendo
isso, a tentar antecipar os problemas que possam ter
Nota importante: nós queremos que todas as verbas sejam gastas, porque na realidade nós
entendemos que estas verbas serão muito bem empregues pelos Senhores Presidentes de Junta e vão facilitar
o seu trabalho de manutenção das vias, naquelas ações que estão delegadas neles
Dar nota também, do que é que foi alterado, que é preciso perceber. O que foi alterado nestes
Acordos de Execução, foi tão só a introdução de despesas de capital ou seja, da possibilidade deles se
candidatarem a investimento, eu dou um exemplo paradigmático que já dei na reunião com as Juntas, uma
valeta feita em touvenant ou feita em terra, tem muito mais manutenção do que uma valeta feita em cimento
e, portanto, se os Senhores Presidentes de Junta fizerem as valetas em cimento utilizando estas verbas que
nós disponibilizamos, vão ter a vida mais facilitada. As estradas vão ficar mais bem cuidadas, vão ter outro
escoamento, isto é visão e é capacidade de melhorar os acordos. Daqui decorrem um conjunto de regras
para eles terem acesso a estas verbas e, necessariamente tem que se cumprir a Lei e tem que ter como objeto
investimentos e despesas de capital que o sejam e que tenham, já de agora, alguma conexão com o objeto
do contrato do Acordo de Execução e, também foi dito aos Senhores Presidentes de Junta e, poderá
acontecer, e isso vai acontecer de certeza, dou um exemplo: os parques infantis, vão haver contratos
interadministrativos, coisa que também queremos implementar nesta casa ou seja, nós sabemos que os
Senhores Presidentes de Junta estão muito mais próximos dos equipamentos de recreio e dos parques
infantis e que detetam melhor uma falha, do que os Serviços Camarários e, por isso mesmo, nós queremos
delegar neles competências com o consequente envelopes financeiro ou seja, com a responsabilidade que
era da Câmara continua a ser da Câmara ou seja, a Câmara vai continuar a pagar, só que com um trabalho
mais bem executado
Continuando com os acordos de Execução, foi aqui também introduzido um número que prevê a
antecipação por uma só vez de alguns Presidentes de Junta que já o faziam no passado, só que nós não
tínhamos condições de o fazer. Fazíamo-lo um pouco a "esticar a norma". Hoje está previsto nos acordos que,
quando tiverem dificuldades podem efetivamente fazer uma antecipação, uma vez por ano

Também aqui há um reforço de verbas nas salas de aula. Dupliquei o valor das salas	de aula, porque
entendemos que teria que haver esse ajuste, porque não estava a ser justo para os Senhores Presidentes de	
Junta, em função dos gastos que eles tinham. São as novidades dos Acordos de Execução, por	que tudo o resto
resulta de uma aplicação matemática que contabiliza população, vias, espaços verdes, todo	um conjunto de
infraestruturas que constituem o objeto deste Acordo de Execução, todo um conjunto de	parâmetros que
depois resultam numa repartição proporcional para os Senhores Presidentes de Junta e, po	r isso é que eles
estão de acordo porque efetivamente há um sentido de justiça nisto. É evidente que, amanhã se detetarmos	
alguma injustiça, cá estaremos para corrigir."	
Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da Al	M, realizou-se a
votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votaç	ções que a seguir
se indica:	
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
António Monteiro Saltão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Abstenção
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho A Favor A Favor	
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor

Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento	
Ponto 6. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do	Acordo de Execução de
Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e	e a Junta de Freguesia de
Carapinheira	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AN	۸, realizou-se a votação da
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votaço	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	
Carlos Lucas Correia	
António Monteiro Saltão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Abstenção
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor

Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento.	
Ponto 7. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Mir	nuta do Acordo de Execução de
Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o	-Velho e a Junta de Freguesia de
Ereira	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membro	os da AM, realizou-se a votação da
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem d	as votações que a seguir se indica:
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
António Monteiro Saltão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Abstenção
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor

Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento	
Ponto 8. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acor	do de Execução de
Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Ju	nta de Freguesia de
Liceia	
	lizav sa a vatacão da
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, rea	lizou-se a volação da
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, rea proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q	
	ue a seguir se indica:
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q	ue a seguir se indica:
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q	ue a seguir se indica: A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q VOTAÇÕES	ue a seguir se indica: A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q VOTAÇÕES	ue a seguir se indica: A Favor A Favor A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q VOTAÇÕES	ue a seguir se indica: A Favor A Favor A Favor A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q VOTAÇÕES	ue a seguir se indica: A Favor A Favor A Favor A Favor A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q VOTAÇÕES	ue a seguir se indica: A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q VOTAÇÕES	ue a seguir se indica: A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q VOTAÇÕES	ue a seguir se indica: A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q	ue a seguir se indica: A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q	ue a seguir se indica: A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q	ue a seguir se indica: A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q	ue a seguir se indica: A Favor
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q	ue a seguir se indica: A Favor

Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento	
	cordo de Execução de
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac	
	Junta de Freguesia de
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad	
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a	
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo	ealizou-se a votação da
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Aconde Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo	realizou-se a votação da s que a seguir se indica:
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo	realizou-se a votação da s que a seguir se indica:
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Aconde Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da que a seguir se indica:
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Aconomicio de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Aconte Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor A Favor
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Aconte Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor A Favor A Favor A Favor
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor A Favor A Favor A Favor A Favor A Favor
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ace Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da s que a seguir se indica: A Favor
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da s que a seguir se indica: A Favor
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo	ealizou-se a votação da seguir se indica:
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da seguir se indica:
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da seguir se indica:
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Actor Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da seguir se indica:
Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Meãs do Campo.	ealizou-se a votação da seguir se indica:

Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
	A Favor
António Correia Pardal Bispo	
António Correia Pardal Bispo A AM tomou conhecimento.	
A AM tomou conhecimento	cordo de Execução de
A AM tomou conhecimento Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac	cordo de Execução de Junta de Freguesia de
A AM tomou conhecimento Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a	cordo de Execução de Junta de Freguesia de
A AM tomou conhecimento Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira	cordo de Execução de Junta de Freguesia de ealizou-se a votação da
A AM tomou conhecimento Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira	Junta de Freguesia deealizou-se a votação da que a seguir se indica:
A AM tomou conhecimento Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira	Junta de Freguesia deealizou-se a votação da que a seguir se indica:
A AM tomou conhecimento	Junta de Freguesia deealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor
A AM tomou conhecimento	Junta de Freguesia deealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor A Favor
A AM tomou conhecimento. Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira. Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, re proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações VOTAÇÕES	Junta de Freguesia de ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor A Favor
A AM tomou conhecimento. Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira. Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, ro proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações VOTAÇÕES	Junta de Freguesia de Junta de Freguesia de ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor A Favor A Favor
A AM tomou conhecimento. Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira. Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, re proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações VOTAÇÕES	cordo de Execução de Junta de Freguesia de ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor A Favor A Favor A Favor A Favor
A AM tomou conhecimento Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira	cordo de Execução de Junta de Freguesia de ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor
A AM tomou conhecimento Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira	cordo de Execução de Junta de Freguesia de ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor
A AM tomou conhecimento Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ac Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira	cordo de Execução de Junta de Freguesia de ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor
A AM tomou conhecimento Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Ad Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Pereira	cordo de Execução de Junta de Freguesia de ealizou-se a votação da que a seguir se indica: A Favor

Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento.	
Ponto 11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo	de Execução de
Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta	de Freguesia de
Santo Varão	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizou	ı-se a votação da
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a	seguir se indica:
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
António Monteiro Saltão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor

Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Abstenção
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento.	
Ponto 12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo	de Execução de
Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta	de Freguesia de
Seixo de Gatões	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizo	u-se a votação da
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a	a seguir se indica:
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
António Monteiro Saltão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	· A Favor

Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Abstenção
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento	
Ponto 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acordo	de Execução de
Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Junta	de Freguesia de
Tentúgal	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizo	u-se a votação da
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a	seguir se indica:
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
António Monteiro Saltão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor

Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Abstenção
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento	
Ponto 14. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acord	o de Execução de
Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a União	das Freguesias de
Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realiz	ou-se a votação da
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que	e a seguir se indica:
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor

António Monteiro Saltão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	Abstenção
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento.	
Ponto 15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta do Acor	do de Execução de
Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e a Uniã	io das Freguesias de
Montemor-o-Velho e Gatões	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, rea	lizou-se a votação da
proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações q	ue a seguir se indica:
VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor

Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
António Monteiro Saltão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	- Abstenção
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	- A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	- A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	- A Favor
Joaquim Neves Martinho	- A Favor
António da Silva Ferreira	- A Favor
João António Góis Girão	- A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	- A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	- A Favor
Carlos António Cristino Alves	· A Favor
António Correia Pardal Bispo	- A Favor
A AM tomou conhecimento	
Ponto 16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Composição do Conse	lho Municipal de
Educação - quadriénio 2017/2021	
Não havendo intervenções e encontrando-se presentes 28 membros da AM, realizo	
proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votaçõe	es que a seguir se
indica:	

VOTAÇÕES	
Fernando Jorge dos Ramos	A Favor
Bruno Miguel Nunes Ferrão	A Favor
Carlos Lucas Correia	A Favor
António Monteiro Saltão	A Favor
Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge	A Favor
Tiago Dinis Santos Silva	A Favor
Ana Cristina da Silva Jorge	A Favor
Telma Margarida Neves Simões	A Favor
António Augusto Santos Torres	A Favor
Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte	A Favor
Francisco José Couceiro Nobre	A Favor
Fernando Pereira Nunes Curto	A Favor
Maria João Batista Sobreiro	A Favor
Célia Margarida dos Santos Craveiro	A Favor
Marcelo Gustavo da Silva Ferreira	A Favor
Luís António Girão da Fonseca	A Favor
Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo	A Favor
Joaquim António Graça Rainho	A Favor
Tânia Sofia Jesus Monteiro	A Favor
Rui Jorge Félix de Almeida	A Favor
Victor Manuel Pardal Monteiro	A Favor
Joaquim Neves Martinho	A Favor
António da Silva Ferreira	A Favor
João António Góis Girão	A Favor
Paulo Jorge Neves Correia	A Favor
Sandra Isabel Matias Mendes	A Favor
Carlos António Cristino Alves	A Favor
António Correia Pardal Bispo	A Favor
A AM tomou conhecimento	
Ponto 17. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Auto	orização genérica
para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou redu	ıções de taxas –
Listagem de Isenções e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/09/2017 e 30/11/2017	

sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013
de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado e
Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/201
do Plano de Saneamento Financeiro
Não havendo intervenções a AM tomou conhecimento Relatório Semestral de 2017 – Monitorizaçã
relatório
Câmara e está comtemplado na avença deste Auditor Interno que faz outro trabalho. Faça as contas, por cad
portanto nós deixamos de pagar a esse Auditor do Norte, que estava contratado pelo anterior Presidente d
trabalho, no tempo em que o seu partido governava esta Câmara, pagava 7.500€, a um Auditor do Norte
mostrar e que podem ser facultados aos Senhores deputados, faz também este Trabalho e, só para est
Sobreiro que este Auditor, para além de fazer outros tipos de auditoria e outros trabalhos que eu lhe poss
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "É só para esclarecer a Senhora deputada Maria Joã
Dizer só que desejo a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo."
Sobre o relatório Senhor Presidente, tomámos conhecimento
cumprimento ou uma tentativa de um cumprimento mais rigoroso das matérias que se ocupa
semestre de 2017 e, tendo em conta essa questão e o seu enquadramento, poderia haver aqui u
de setembro, uma vez que o período de referência do relatório é a 30 de junho, com análise do primei
dezembro apresentar um relatório semestral que o podia ter apresentado na sessão ordinária da Assemble
político e que acaba por ser pago com os impostos de todos nós e não nos parece correto que venha e
Interno foi criada por este Executivo apesar de não ser exigido legalmente, mas acabou por ser um encaix
este ponto, só dar aqui uma nota que nos parece pertinente sobre este relatório. Esta figura do Audit
Pediu a palavra o membro Maria João Sobreiro (Por Montemor Tudo e Sempre) que disse: "Sob
de 2017 – Monitorização do Plano de Saneamento Financeiro
Ponto 19.Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, do Relatório Semestr
plurianuais assumidos entre 01/09/2017 e 30/11/2017
autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listagem de compromisso
Não havendo intervenções a AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa d
de compromissos plurianuais assumidos entre 01/09/2017 e 30/11/2017
para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para Compromissos Plurianuais – Listage
Ponto 18. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da Autorização genéric
e/ou reduções de taxas concedidas entre 01/09/2017 e 31/11/2017
autorização prévia da Assembleia Municipal para Isenções e/ou reduções de taxas – Listagem de Isençõe
Não havendo intervenções a AM tomou conhecimento da Autorização genérica para dispensa o

Verificou-se a existência de público
O PMAM deu a palavra ao Senhor José Mendes Simões Monteiro que disse: "Boa tarde Senhor
Presidente, cumprimento os restantes membros da mesa, o Senhor Presidente da Câmara, Senhora e
Senhores Vereadores, Senhoras deputadas e deputados
Começava por falar no primeiro ponto, não sei se é viável ou não, se é possível, uma proposta de
alteração à Ordem de Trabalhos, porque por vezes a Ordem de Trabalhos é uma grande maratona e, era para
dar a possibilidade a mais público de poder intervir, porque costumo ser só eu sozinho e, parece que está
tudo bem no Concelho, não há questões, não há problemas. Eu também não venho cá levantar problemas,
eu só venho apresentar soluções e sugestões. Punha isso à consideração do Senhor Presidente e da
Assembleia, se era possível que nas próximas sessões em vez do público estar à espera para o fim para intervir
e, se eventualmente desejasse continuar a assistir, assistia ou senão ia-se embora, evitava de estar à espera
pelo fim da sessão
Segundo ponto. Eu tenho lido na comunicação social sobre o projeto em desenvolvimento que o
Senhor Presidente da Câmara tem aqui para Montemor sobre os jardins, que eu passo a designar por jardins
encantados, porque aquilo parece que vai ser uma grande obra, eu não estou contra, até estou a favor desse
projeto e de outros e que traga muita gente para Montemor, para que isto um dia até possa ser uma cidade
e tudo isso. Agora, o que me custa é assistir às assimetrias de para Montemor tudo e para as outras
Freguesias, às vezes são umas migalhinhas. Fica aqui o desabafo
O terceiro ponto é sobre o saneamento da Carapinheira. No saneamento da Carapinheira, ainda
faltam cerca de 30%, por exemplo, na rua que dá acesso à minha habitação principal e, eu gosto de aqui
morar, vou continuar aqui a morar, podia até morar em Coimbra ou no Concelho de Gouveia, mas aqui não
tenho saneamento. Quando pensei em construir em 1988 paguei as taxas, as licenças, não vivo numa
habitação ilegal. Será que eu e os meus vizinhos não podemos aspirar a um dia também termos saneamento;
não termos esgotos a céu aberto nas ruas. É mais este pedido de sensibilização que aqui deixo. Eu sei que
vivemos no Concelho de Montemor, não vivemos por exemplo no Concelho de Oleiros, que até uma proposta
para fazer saneamento em povoações que têm 15 habitantes
Outro ponto que eu aqui queria falar é sobre o Parque Agrícola de Arazede. Eu assisti à reunião inicial,
criaram-se algumas expetativas, tenho andado por aí a ouvir algumas coisas, eu nem quero acreditar nessas
coisas. Eu gostaria de saber quais são os encargos para a Câmara e quantos proprietários aquilo vai ter. Se
está dividido em três ou quatro proprietários, se tem vários, se há possibilidade de alguns iniciarem uma
atividade com inovação
Outra coisa que eu aqui queria falar e que talvez no futuro, pudesse ter alguma importância, era sobre
o emparcelamento. O emparcelamento dos terrenos agrícolas, mas da parte do monte, a maior parte deles,

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

não estão abandonados, porque eles todos têm dono, mas ou têm mata ou têm bosque a maior parte deles, alguns não são cultivados e, em parte é devido à pequena dimensão. Eu por exemplo falo por mim, que herdei algumas parcelas que têm pequena dimensão, se houvesse a possibilidade de fazer um cadastro e contratar todos os proprietário, no sentido de se fazer o emparcelamento, de se juntar as propriedades, isso era mais viável, por exemplo para quem quisesse investir, quem quisesse apresentar um projeto, já tinha uma área que lhe permitisse fazer isso e, também para quem quisesse comprar, porque em pequenas parcelas, por vezes fica muito oneroso as despesas burocráticas para legalizar aquilo. Às vezes ainda é mais caro do que o próprio valor do terreno, mas isso teria que ser uma medida em articulação com as Finanças, em que estivesse o município envolvido, tudo isso trazia interesse para o Concelho.----------- Outra coisa que eu queria falar, em parte já foi respondido, por uma intervenção que o Senhor Presidente fez. Pela Comunicação Social, eu tive conhecimento que o Governo vai dar incentivos aos Municípios para se juntarem em gestões intermunicipais da água e do saneamento. A questão que eu aqui colocava ao Senhor Presidente é se isso não vai representar para nós mais um encargo, para além daquele grande aumento que houve, no início do seu mandato com a água. Aqui, também alertava para a seguinte questão sobre a fatura da água. Eu, como sou um residente permanente aqui no Concelho nem sou penalizado, mas em relação àqueles que cá têm segunda habitação, esses vão ser penalizados, porque certamente nalguns meses não apresentam consumos e eles têm de pagar a taxa do lixo e do saneamento, se no local onde vivem têm saneamento. Eu acho que não deviam pagar. Eu por exemplo em Gouveia, se não apresento consumo, não pago nem saneamento, nem a taxa de resíduos sólidos. Não vem na fatura. ----------- Outro ponto, relativamente à Freguesia da Carapinheira, na Rua 13 de julho e na Rua Maria Leonor Joyce, apesar de lá ter uns semáforos, por vezes aquilo não é respeitado e, aquilo é uma autêntica pista de aceleração. O que é que eu pedia aqui ao Município? Que estudasse a possibilidade de lá colocar umas lombas. Eu sei que isto não é nada simpático, mas já lá têm ocorrido acidentes, alguns até mortais e, devemos ter sempre em atenção e preservar as pessoas e os bens e tudo isso. ----------- Outra coisa que eu aqui pretendo falar e que já da outra vez fez parte da campanha eleitoral e que nunca vi nada acerca disso e, nesta campanha vi projetos muito interessantes aqui para o Concelho no que concerne a este ponto que era o Orçamento Participativo. O que é que a Câmara pretende fazer? Pretende fazer o mesmo que fez no mandato passado ou tem alguma ideia para os cidadãos poderem contribuir com ideias, projetos? Porque há aí projetos muito interessantes que as pessoas podiam e deviam participar. ---------- O meu último ponto, já algumas pessoas me têm falado, é sobre a remuneração dos elementos que tiveram nas mesas das assembleias de voto. Isso já foi em outubro, já estamos em dezembro e estamos num ano saboroso, vamos lá a ver se também vem esse dinheiro para as pessoas que lá estiveram. Eu não estive

Ja agora, queria aqui agradecer tres intervenções que aqui foram feitas, sobre um tema que eu ja falei
várias vezes, mas a mim ninguém me dá ouvidos e, agradeço à senhora deputada e aos senhores deputados
que falaram na travessia do campo da Carapinheira e, mais fácil para mim, porque estar sempre a falar da
mesma coisa, custa-me."
Usou da palavra o PMAM que disse: "Ao contrário do que o Senhor diz, todos o ouvimos com atenção
e ouvi-lo-emos sempre que queira usar da palavra nestas Assembleias Ordinárias, porque é isso que o nosso
regimento diz
Relativamente ao ponto 1 da sua intervenção, que me era dirigido, eu costumo dizer o seguinte:
enquanto estivermos aqui, há uma coisa que nós temos que cumprir, é a Lei e, efetivamente, quer aqui, quer
na Câmara Municipal, o ponto de intervenção do público é sempre o último, o que se compreende porque
efetivamente, se houvesse público a intervir, as Assembleias e as Reuniões de Câmara seriam sempre
demoradas e, portanto, nós estamos aqui, esperamos por isso e, esperamos pelas intervenções.
Relativamente a essa questão, por mais boa vontade que eu ou a Assembleia tenhamos em alterar a Ordem
de Trabalhos não podemos."
O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: "Da parte do Presidente de Câmara, também todos os
munícipes merecem o seu respeito independentemente daquilo que pensam, daquilo que sentem e daquilo
que querem fazer da sua intervenção
Não pensamos fazer jardins encantados, estamos a fazer um projeto de regeneração urbana em
Montemor-o-Velho, há duas ARU's. A ARU do Centro Histórico e a ARU da Frente Ribeirinha. A Frente
Ribeirinha tem efetivamente um espaço verde de lazer que se integra num plano mais alargado para dar outra
urbanidade e outra dignidade à vila e que é financiado. Todas as ações de Regeneração Urbana são
financiadas. Têm um financiamento de cerca de dois milhões e sessenta e quatro mil euros, se não me engano,
mais o acelerador que nós conseguimos conquistar e, por isso, só temos que aproveitar as oportunidades
que o Portugal 2020 nos dá e eu quando decidi fazer a primeira ARU, tive oposição até interna, mas,
determinado, levei a primeira ARU avante e hoje está à vista que é uma mais-valia. Na realidade, temos que
recorrer a serviços de apoio técnico, consultadoria fora, até mesmo apoio para conceção e elaboração de
projetos e, portanto, isto não se pode replicar em todas as Freguesias. O que nós fazemos é replicar
investimento em todas as Freguesias e, isso eu tive o cuidado de repartir todo o investimento. Agora, quando
vos for presente o saldo de gerência, vão perceber que houve uma repartição por todas as Freguesias em
função das suas necessidades e também daquilo que era importante lá investir
Quanto à questão do saneamento da Carapinheira, ora aqui está precisamente uma situação que a
Câmara sozinha não consegue fazer saneamento, provavelmente aquele que falta na Carapinheira, porque
efetivamente é preciso financiamento comunitário e nós candidatamos cinco milhões de euros a

financiamento comunitário, só nos foi aprovado três milhões, apesar de nos darem a escolher os projetos
porque, efetivamente estavam todos em condições de serem aprovados. Só que só podiam aprovar três
$milh\~{o}es\ por\ Munic\'(pio$
Dar-lhe nota Senhor munícipe José Mendes Monteiro que o tal Município que referiu pode estar a
fazer saneamento para 15 habitantes, nós também o fazemos aqui em Montemor, desde que seja viável.
Provavelmente, se for em determinados locais, nós fazemos até para mais pessoas. Nós fazemos extensões
de saneamento, com a nossa maquinaria que abrange muito mais pessoas de cada vez. São pequenas
extensões em pequenos arruamentos, nomeadamente fizemos isto em Arazede, fizemos na Carapinheira em
alguns locais. Nós fizemos estas extensões de saneamento e também da rede de água de abastecimento e
que podem abranger muitos mais habitantes neste Município, no entanto há outro tipo de saneamento que
não dá para fazer sem recurso a fundos comunitários
De notar que o Município de Montemor-o-Velho é vanguardista e também inovador no saneamento
que pretende fazer já em alguns locais. Estamos a fazer saneamento por vácuo, que é muito mais fácil de
implementar em zonas como a nossa que tem declives e que tem um relevo acentuado e que determinam,
muitas das vezes, a impossibilidade de fazer o saneamento ou elevar para proporções muito grandes o custo
do saneamento
Quanto ao Parque Agrícola, descansar o Senhor munícipe de que não há aqui nenhuma negociata. A
Câmara Municipal tem no seu PDM, um Plano de Intervenção em Espaço Rural e, esse Plano de Intervenção
em Espaço Rural, é um instrumento legal absolutamente previsto na legislação em vigor e no nosso PDM. O
que a Câmara promoveu foi, aquilo que o Senhor pede a seguir, o emparcelamento de vários terrenos, porque
na realidade, nós temos que perceber que a nossa propriedade está muito fracionada em particular nas
Gândaras, que é onde nós decidimos começar e, por isso, nós para que as culturas e, para que as produções
sejam rentáveis, têm de ser feitas em extensão ou com escala e, por isso mesmo, nós projetamos ao nível do
PDM, também é uma inovação absoluta de Montemor e, quando for inaugurado, vocês vão perceber que
aquilo que fizemos, é uma inovação absoluta a nível nacional, nos moldes em que fizemos. Aliás, já cá
estiveram alguns diretores gerais de Lisboa a estudar o nosso projeto piloto do PIER e, merecemos os
melhores elogios. É evidente que eu não andei na Comunicação Social a dizer isto, mas isto é verdade
Dar-lhe nota que os cento e vinte hectares, foram divididos por seis proprietários. O que é que isto
quer dizer? Haviam trezentas parcelas de terreno e os proprietários entre si começaram a negociar, a Câmara
não teve que despender nenhum dinheiro, os proprietários negociaram entre si e ficaram seis. A área mais
pequena era dois hectares e meio, mas esse também já vendeu, ou seja, já cedeu a sua parcela e nós
conseguimos um desiderato que foi o emparcelamento, que está neste momento a ser legalizado na
Conservatória do Registo Predial e está a seguir a sua tramitação legal. Nada a Câmara gastou. Vai gastar sim,

mas vai utilizar as suas máquinas, os seus recursos, a criar as infraestruturas deste Parque Agrícola e, portanto,
serão os únicos gastos que terá
Agora, dir-me-ão um projeto inovador, que vai merecer elogios de toda a gente e que vai dinamizar a
agricultura, a horticultura nas Gândaras vai criar postos de emprego, portanto, eu não vejo que seja algo de
sinistro ou que possa ser algo de sinistro. Dar-lhe nota, Senhor munícipe que o emparcelamento não é da
competência da Câmara. O emparcelamento é da competência do Governo, mesmo o cadastro, também é
da competência do Governo e, portanto, será o Governo que terá que fazer o emparcelamento. Esse sim, tem
essa responsabilidade, essa competência. A Câmara não tem que se substituir ao Governo, aquilo que fez no
Parque Agrícola é algo diferente, é como eu disse, um projeto inovador, que resulta naturalmente no final no
emparcelamento, mas aquilo que nós perseguimos é efetivamente, melhores unidades produtivas
Relativamente à intermunicipal, não irá criar nenhum mal às pessoas. Aquilo que nós estamos a lutar
e, até posso dizer, por exemplo neste momento, estamos com uma posição muito firma da Câmara de
Montemor, que não está a dar o seu acordo aos documentos finais, porque efetivamente propõe uma
alteração do tarifário que nós não aceitamos e, já disse que não haverá intermunicipal se me propuserem
uma alteração do tarifário. Ou é o tarifário de Montemor, ou não há intermunicipal e, portanto, a minha
posição está a ser firme nesse ponto. É o ponto de situação. Dia 03 de janeiro, parece que vão apresentar os
documentos finais, com um pequeno ajuste legal em que a incidência da tarifa, tem que ser em 90% do
saneamento e não em 75%, portanto esse ajuste é legal, nós iremos fazê-lo e não terá significado. Para além
disso, não toleramos mais nenhuma mexida no tarifário da água com a intermunicipal. Já agora alerto que
quem vai gerir a intermunicipal são os Presidentes de Câmara dos três Municípios: Soure, Mira e Montemor
e, dar nota que, nenhum Presidente de Câmara está interessado em aumentar tarifários. O de Soure, penso
que vai aumentar o tarifário com inflação, mas nós não vamos fazer isso, porque temos o nosso tarifário
aprovado pela ERSAR, está equilibrado económica e financeiramente, é sustentável, portanto, não lhe vamos
mexer
Quanto à questão da segunda habitação, tem que ser efetivamente penalizada. Vão dizer que é uma
injustiça? Sim. Mas, quando a pessoa chega a casa, vinda por exemplo de Lisboa para a sua segunda casa de
habitação, liga a torneira e tem que ter água na torneira, tem que ter eletricidade, tem que ter os esgotos a
funcionar e, tem que ter o caixote do lixo à porta, portanto esses vícios de disponibilidade têm que ser pagos,
não há volta a dar-lhe. Se alguns Municípios são beneméritos e têm muito dinheiro, porque há Municípios
que ganham muito dinheiro, porque fizeram outro tipo de gestão. Vocês podem não saber, mas há municípios
que vendem lixo, que fazem dinheiro com o lixo e, portanto, há Municípios que têm uma INOVA por exemplo,
e podem fazer algumas benesses aos seus munícipes, nós não estamos nessa situação, não podemos fazê-lo.
Quanto à Rua da Carapinheira, dos semáforos, nós sabemos que vai haver por parte de um particular,

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

uma intervenção nesse local e, a Câmara irá fazer também a sua parte. Já foi negociado o terreno para alargamento de uma rua que vai ter perto dos semáforos e isso vai levar a arranjo e, quanto a mim, as plataformas elevadas são as únicas coisas que conseguem diminuir a velocidade. Para vos dar um exemplo, nós temos aquele smile na EN 111, ele não está lá para embelezar. Está lá com outras funções, não vou dizer todas, mas duas delas: a primeira é um alerta aos transeuntes e a segunda faz contagem do número de carros que lá passa e, também mede a velocidade. Eu posso-vos dizer que nós temos lá dois ou três registos a 130 e a 140 Km/hora, já com as lombas. Quando vocês forem para casa, desafio-vos a passar lá a 70 Km/hora. É verdadeiramente assombroso. É para vocês perceberem que não há semáforos, não há lombas, não há nada que trave algumas pessoas. ------------ Lamento, Senhor munícipe, infelizmente, não é essa a solução para algumas pessoas. ------------- Quanto ao orçamento participativo, dar-lhe nota que deve estar equivocado quanto ao programa eleitoral do Partido Socialista em 2013, não prometia orçamento participativo. Promete este mandato, sim. Nós, neste momento, estamos já a trabalhar com algumas empresas no sentido de encontrar a melhor plataforma, de adquirir uma plataforma informática para fazer e gerir todo o processo do orçamento participativo. O ano 2018 está pensado por nós, como o ano zero, de preparação do orçamento participativo que gostaríamos que fosse já uma realidade na preparação do próximo orçamento, mas como eu digo, não há tradição, não há infraestrutura tecnológica nesta Câmara para o fazer. Não há tradição, como eu disse, não há experiência dos próprios Serviços, temos que ter formação para o fazer e, portanto, é um processo que leva o seu tempo e que está a ser implementado. ----------- Neste momento, já tivemos reuniões, já estamos a trabalhar nisso e, contamos, se tudo correr bem, em 2018 implementar o orçamento participativo. ------------ Relativamente ao pagamento dos membros das mesas, está em curso. Nós já recebemos o dinheiro, contudo há um Presidente de Junta que ainda não enviou a informação solicitada e há outras informações que estão incorretas. Enquanto isso não estiver estabilizado, não podemos proceder a nenhum pagamento. ----- Desejo a todos um feliz e santo natal e um próspero ano 2018 e, podem contar comigo e com o meu Executivo todo, sem exceção para colaborar com a Assembleia Municipal e com todos os munícipes."------------ Usou da palavra o PMAM que disse: "Eu julgo que toda a gente vai entender aquilo que vou dizer e, se não se reverem nas minhas palavras, podem sempre, num próximo período da Assembleia Ordinária de fevereiro, fazerem essa declaração de intenções. Porquanto, eu julgo que é comum a todos vós e, sendo membros do Executivo, da Assembleia Municipal, do Público, dos Funcionários que esta época, porque nos habituámos, sobretudo por causa da questão cultural judaico-cristã, efetivamente, a termos uma época feliz, uma época em família e, os votos de que de facto o novo ano seja fantástico. E porque é que eu digo fantástico? Na Assembleia de hoje falámos da questão da educação e todos sabem que, vale o que vale, mas

Sessão Ordinária de 2017, dezembro, 22

eu não estaria aqui hoje a presidir a esta Assembleia, se não fosse uma coisa essa mesma educação e,
portanto, sabem bem aquilo que eu penso acerca da educação e, quando hoje enchemos a boca com a
palavra excelência, esqueçam. Temos que ser melhores! Esqueçam a excelência, ponham o fantástico ou o
fora de série, ou o que entenderem. Nós temos que fazer enfim, não é nenhum slogan partidário, mas mais
e melhor pela educação. Portanto, aqueles que trabalham na educação, esqueçam a excelência, coloquem o
fantástico ou o fora de série, porque também temos que ser ambiciosos às vezes nas palavras e para dar
alguns sinais.
Nessa perspetiva, eu hoje não me sinto das Meãs, como a líder de bancada do PS, mas quero voltar
às Meãs. Quero voltar às Meãs, porque não fosse um candidato de mobilidade reduzida e certamente, nós
não teríamos aqui um elevador nesta Câmara, que era algo que a mim sempre, enfim, me "doeu" e, portanto,
aí está meus caros concidadãos, meus caros membros da Assembleia Municipal, a importância de quem
perde eleições, porque quem perde, pode influenciar tanto ou mais, do que quem as ganha
Só para terminar, porque hoje o meu Presidente de Junta fez uma intervenção daquelas que me
parece que deve ser a nossa preocupação, que é de facto inovação, emprego e educação que ele também
falou, porque temos que ser mais ambiciosos e ambiciosas
Façam o favor de ser felizes!
Está encerrada a sessão da Assembleia Municipal."
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
Fernando Jorge dos Ramos
O PRIMEIRO SECRETÁRIO
Carlos Lucas Correia
O SEGUNDO SECRETÁRIO,
,

Célia Margarida dos Santos Craveiro